

A HISTORIA SOCIAL DO MOVIMENTO TRABALHISTA EUROPEU

Tradução de Ina de Mendonça

Página 13

I. Dos primórdios do movimento trabalhista europeu até a derrota da revolução de 1848

A forma precursora característica do sistema de produção capitalista, da época que vai de meados do século XVI até o terço final do século XVIII, foi a manufatura. Esta, durante seu primeiro estágio, correspondeu à intermediação, numa oficina e sob a direção de um capitalista, das atividades de um grande número de diversos artesãos e operários não-qualificados. Mais tarde houve a evolução no sentido da cooperação de artesãos de igual ofício, cujo anterior campo de trabalho passou a ser decomposto, isolado e autonomizado, então, em diversas operações avulsas, a fim de baratear a produção mediante a limitação da participação na mesma de cada um dos operários com apenas alguns poucos movimentos. Ambas as formas de manufatura tornavam ilusórias as possibilidades e esperanças profissionais desses artesãos. É bem verdade que também o ajudante de artesão do período que precedeu o sistema manufatureiro objetivamente era um operário dependente, que vendia a seu mestre a força de seu trabalho. Esse, porém, ainda tinha a real esperança de estabelecer-se autonomamente ao cabo de alguns anos. Na medida em que até então o direito corporativista havia imposto barreiras a essa independentização do aprendiz, reconhecia-se como meta declarada das agremiações de aprendizes - além de assegurar certas condições de trabalho e de vida - reduzir essas barreiras; mesmo que, em algumas situações excepcionais, isso tenha levado a exigências algo mais avançadas, nem por isso chegou a representar um movimento continuado.

O avanço da manufatura veio modificar a situação, mesmo onde o trabalho dos produtores dependentes não se concentrava numa oficina, mas era executado em casa. Para a massa dos operários manufatureiros o processo do trabalho perdeu a característica de uma unidade que podia ser abrangida com a vista e que fazia sentido, corno ainda era o caso mesmo para o aprendiz a serviço de um mestre autônomo. O processo da divisão social do trabalho tomou formas em que o in-

Página 14

divíduo era reduzido ao executor totalmente isolado de uma função, alijando-o de qualquer compreensão do sentido do processo global e sujeitando-o a um rigoroso poder de mando. A revolução industrial do último terço do século XVIII levou essa tendência à sua conseqüência máxima, pois a máquina - ponto de partida e centro dessa revolução que ia incorporando setores cada vez mais amplos - vinha substituir o operário, que antes se valia de uma só ferramenta, por um mecanismo que trabalha simultaneamente com múltiplas ferramentas de igual natureza. Transformados os instrumentos do organismo

humano nos instrumentos de tal mecanismo, deu-se à máquina também uma forma modificadora do andamento da produção, emancipada das barreiras da força humana. Enquanto na manufatura havia uma estruturação puramente subjetiva do processo social do trabalho como combinação de tarefas parciais, a grande indústria que então emergia possuía no sistema das máquinas um órgão objetivo de produção, com que o operário se defrontava como condição já preestabelecida de produção. Relativamente à grande parte da mão-de-obra passaram a ser dispensáveis quer forças físicas especiais quer aptidões conquistadas durante um prolongado aprendizado. Isso também tornou possível aproveitar ao máximo o trabalho das mulheres e crianças, com todas as ruínas conseqüências para a condição mental e física das populações que, no século passado, caracterizaram, na Europa, as primeiras décadas do desenvolvimento capitalista, conseqüências que de novo se repetiram no século XX, com a industrialização das antigas colônias e de outros "países em vias de desenvolvimento", sob condições patrimoniais capitalistas.

O desenvolvimento do processo de produção, na fase dos primórdios da industrialização, forçou ao uso permanente da máquina. Coadunava-se perfeitamente, pois, com o interesse dos capitalistas de procurar sempre auferir lucro máximo. Sob tais circunstâncias a vitória da máquina trouxe consigo inexoravelmente a prolongação da jornada de trabalho e a intensificação do próprio trabalho. No período anterior, apesar dos contrastes sociais existentes de interesses, o sistema como tal ainda era aceitável para os trabalhadores. Era aceitável ainda sobretudo para os trabalhadores das camadas camponesas, que haviam sido despojados de sua existência rural pela praxe do Bauernlegen sistematicamente empregada pelos latifundiários e aos quais agora a manufatura propiciava uma nova base de vida. Disputas quanto a salários e jornadas de trabalho também houve à época da manufatura, disputas essas que fizeram com que os trabalhadores começassem a entender os contrastes sociais de seus interesses com os de seus patrões. Agora, porém, o plantel de máquinas vinha concorrer com os trabalhadores como meio de trabalho. A máquina alijava o operário e criava, no ramo industrial que ia conquistando, um contingente industrial de reserva, que talvez viesse a encontrar, depois de algum tempo, ocupação em outros ramos industriais, mas sob piores condições. Reco-

Página 14

nhecendo essa correlação, David Ricardo escreveu: "A mesma causa que pode aumentar a renda do país (a saber, dos proprietários de terras e dos capitalistas) pode condicionar simultaneamente um excesso de população e daí piorar a situação do trabalhador".

Daí não surpreender, que a primeira reação dos trabalhadores visou a destruição das máquinas. Já no decurso do século XVII houve na Europa revoltas de operários contra as primeiras máquinas que serviam para tecer fitas e debruns. Inicialmente seu emprego chegou a ser proibido no continente; na Saxônia, por exemplo, sua utilização só foi permitida em 1765. As primeiras máquinas de aparar lã foram destruídas, em 1758, por operários ingleses. A fim de dar cabo à indignação em massa, o Parlamento britânico, em 1769, promulgou um decreto, impondo a pena de morte pela destruição de fábricas e máquinas. Por outro lado, os operários davam entrada a repetidas

petições no Parlamento, exigindo a proibição do emprego de máquinas, até que finalmente, nos dois primeiros decênios do século XIX, voltaram a apelar para a força com demonstrações de massa que sempre se repetiam. A partir de 1811 o movimento tomou tais proporções que o Governo da restauração teve de lançar mão mais uma vez de uma lei atemorizadora, voltando a decretar a pena de morte pela destruição de máquinas. Mesmo o corajoso discurso de Lord Byron contra esse projeto de lei na Câmara dos Lordes em fevereiro de 1812, não impediu a sua aprovação. O terror assim imposto afinal logrou quebrantar a resistência, objetivamente ilusória, embora compreensível, dos operários; só uma vez mais essa resistência chegou a se manifestar, embora curta em duração e sem maiores consequências, depois da execução de dezoito líderes trabalhistas em York, em janeiro de 1813. Lentamente os operários ingleses aprenderam, como escreveu Marx, "a distinguir a maquinaria e seu emprego para fins capitalistas, e a transferir seus ataques do próprio elemento material da produção para as suas formas de exploração social". Houve, porém, na Inglaterra, algumas formas tardias desse movimento de protesto durante a segunda metade do século XIX; noutros países houve também manifestações paralelas, quando da ocorrência das correspondentes etapas de industrialização: assim a revolta francesa dos tecelões de seda em Lyon, em 1831, e as agitações dos tecelões na Silésia, em 1844.

Compreende-se a violenta reação durante a primeira fase da industrialização face ao baixo nível de educação dos trabalhadores à época, à sua humilhação moral por se verem forçados a vender, para manter sua própria vida, não apenas a sua própria força de trabalho, mas ainda a de suas mulheres e filhos, a preços cada vez mais vis, face ainda ao fato de terem de mandar seus filhos trabalhar nas fábricas em vez de freqüentarem as escolas, eternizando assim a sua própria carência de educação e ensino. A legislação e uma ideologia baseada em conceitos de direitos naturais racionais, já desde os estertores da Idade Média, haviam privado os trabalhadores do direito de influir sobre as

Página 16

suas próprias condições de trabalho e de vida mediante ação solidária. Em 1731, no Sacro Império Romano, o regulamento imperial sobre corporações havia dado caráter de direito público à proibição de associação de aprendizes de ofícios tal como à época existiam em quase todos os países europeus. Tampouco as revoluções civis mudaram a situação: tanto os representantes dos direitos naturais racionais, como os da economia fisiocrata e liberal-clássica partilhavam a opinião de que a liberdade e a igualdade na sociedade estariam melhor asseguradas, garantindo a propriedade, a coatuação e a concorrência privada a muitos produtores pequenos, proibindo a reunião de "interesses especiais", cuja força - como se acreditava - só poderia prejudicar a liberdade dos demais. Enquanto os trabalhadores se consideravam apenas como parte das camadas plebéias de sua nação, também eles estavam presos a essas ideologias. Assim é que os mais inteligentes dentre os operários começaram a ver logo que só poderiam remover esse tolhimento de seus direitos, invocando também para si aquele mesmo direito de todos os cidadãos em matéria de determinação da essência da atividade do poder político, para que o Estado não viesse a servir abusivamente aos interesses de uns poucos;

exigiram, então, para si todos os direitos de liberdade que correspondiam ao pensamento baseado nos direitos naturais. Mas não tinham aprendido ainda a formular reivindicações que se distinguissem do pensamento dos democratas burgueses radicais. Assim é que, à época da revolução francesa, fora da França foram, ao lado de intelectuais radicais, sobretudo os membros da classe operária que então surgia que defendiam os propósitos da revolução francesa: idéia da solidariedade internacional na luta em prol da democracia e dos direitos humanos, em contraposição à política de coligação das potências européias contra a revolução francesa, encontrou sua base social na Inglaterra entre os aprendizes de ofícios e os operários. Organizaram-se nas *Corresponding Societies*¹ depois que Thomas Paine, com *The rights of man*² (Volume I em 1791, Volume 11 em 1792), os fez entender o pensamento democrático baseado nos direitos naturais. Coube ao sapateiro londrino Thomas Hardy fundar em 1792 a primeira dessas sociedades. Em menos de dois anos milhares de trabalhadores ingleses se congregaram nessas sociedades, cujos objetivos também gozavam da simpatia de parte da inteligência e da burguesia industrial, sobretudo a partir do momento em que a política belicosa em relação à França fechou o mercado continental à Inglaterra.

Em outubro de 1795 houve demonstrações em Londres contra George III e o Primeiro-Ministro Pitt, clamando pelo término da guerra com a França. Essa atividade teve prosseguimento até a sublevação da frota de guerra em 1797, pouco depois neutralizada mediante a suspensão

Página 17

em 1794 da Lei do *Habeas-corporis*, a proibição dos clubes de debates em 1799 e os *Combination Acts*³ de 1799 e 1800, que vieram anular o direito de criar associações sindicais. Também a atividade "jacobinística" dessa época na Alemanha, tal como nas revoltas dos tecelões na Silésia entre 1792 e 1794, repousava sobre as camadas plebéias.

A revolução francesa viera possibilitar, sobretudo graças ao direito das eleições democráticas da Constituição de 1793 e à ditadura revolucionário-plebéia dos jacobinos, a mudança da história européia no sentido da imposição dos direitos humanos e da democracia. De início, contudo, não trouxe a independentização social e política dos trabalhadores face à democracia pequeno-burguesa. O incremento industrial, a penetração da nova produção à base de máquinas no campo das manufaturas, só começou durante as guerras revolucionárias e do Primeiro Império sob a guarida do bloqueio continental. Embora os operários-aprendizes e trabalhadores manufatureiros fossem considerados os grupos mais ativos nas lutas revolucionárias de 14 de julho de 1789 até a queda de Robespierre a 9 termidor de 1794, não tiveram nem

1 Sociedades correspondentes.

2 Os direitos do homem.

3 Atos de Combinação.

mesmo força para lograr, sob o domínio do *Comité de Salut Public*⁴, a revogação daquele decreto (girondínico) de 14 de junho de 1791, que proibiu todas as associações de operários e de aprendizes como um "atentado à liberdade" e à *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*⁵ interpretada de forma puramente individualista. O 9 termidor e a substituição do domínio dos intelectuais e pequeno-burgueses revolucionários pela *Bourgeoisie*⁶ pôs fim à sua atividade política e as revoltas de fome de Paris, em outubro de 1795, acabaram de esgotar-lhe as derradeiras energias. A propaganda e a organização secreta de Baboeuf, a *Conspiration des Egaux*⁷, pretendeu, em 1796, repetir a experiência da época do Diretório, de que a democracia havia fracassado ante a contradição entre a proclamada igualdade política e a igualdade faltante, procurando realizar, mediante uma ditadura revolucionária, uma sociedade sócio-agrária sem direito de herança. O movimento, porém, foi destruído pelo processo movido contra os conjurados e a execução de Baboeuf. É bem verdade que, depois, a história dessa conspiração, publicada em 1828 por Buonarotti, acabou sendo um dos fundamentos teóricos mais importantes das organizações secretas dos democratas revolucionários e da classe trabalhista na época da monarquia de julho; sua influência já não se limitava apenas à França.

Dessa forma, a era da revolução francesa, quando não mais, havia pelo menos criado premissas importantes para o futuro desenvolvimento

Página 18

do movimento trabalhista europeu: a noção consciente da necessidade da democracia política e da solidariedade internacional na luta em prol dos direitos humanos. Da experiência conquistada à razão do conflito social com os interesses da burguesia emanaram as primeiras cogitações sobre como a sociedade deveria ser mudada, começando a influenciar as idéias de pequenos círculos trabalhistas na Inglaterra e na França. Esses grupos já não consideravam mais a propriedade capitalista dos meios de produção como base lógica e sacrossanta da sociedade econômica.

Não há dúvida que as décadas do Diretório, do Consulado e do Primeiro Império entorpeceram as atividades próprias das camadas plebéias da França e do resto da Europa continental, já esgotadas por si pelas disputas durante a época da revolução. Porém, tanto durante a época do domínio da burguesia e mais ainda da monarquia militar napoleônica, a nova forma econômica se expandiu rapidamente na França e também no Oeste da Alemanha. À época ainda não se percebiam os efeitos - fortalecimento do poder econômico da

4 Comissão de Saúde Pública.

5 Declaração dos direitos do homem e do cidadão.

6 Burguesia.

7 Conspiração dos Pares.

burguesia e da posição do operário industrial no seio das camadas da plebe. Mas, apesar da vitória da Restauração, essa situação não podia deixar de levar a conseqüências políticas, tão logo as rédeas começaram a ficar mais soltas. O comportamento anacrônico dos Bourbons na França, que simplesmente pretendiam ignorar a real significação das novas classes, embora nem fosse possível pensar-se na restauração da estrutura social de antes da Revolução, forçou a burguesia a adotar uma oposição liberal - e essa oposição precisava do operariado como tropa auxiliar militante. A sua sombra a conscientização social dos trabalhadores pôde continuar a desenvolver-se.

Na Inglaterra, com a sua grande dianteira industrial, essa situação foi bem mais aparente do que no continente. A concorrência entre a reação conservadora, fortalecida pela vitória sobre a França, e a burguesia industrial, que forçava sua participação no poder político, repousava ali sobre premissas bem mais favoráveis, devido à posição bem mais consolidada e a uma autoconsciência bem mais forte das classes médias burguesas. Daí ter recrudescido logo na Inglaterra a luta em prol da reforma eleitoral. Era a luta tanto da burguesia industrial, que queria exercer influência sobre as decisões políticas e ajustar a política aduaneira e exterior do Reino às suas próprias necessidades, como era também a luta da classe operária. Inexoravelmente os trabalhadores começaram a ligar essa nova fase de suas lutas às primeiras reivindicações em matéria de política social, tal como foram apresentadas durante a demonstração em massa em Manchester, em 1819. Os antagonismos no seio das camadas que detinham o comando político e econômico condicionaram a revogação da proibição de associação, em 1824; os quadros sindicalistas ilegais que jít haviam sido criados antes puderam sair da clandestinidade. A luz da conjuntura da época, à qual só seguiu uma forte crise após o ano das especulações, em 1825,

Página 19

as classes dominantes não viram perigo em conceder o direito à associação. É verdade que, após uma onda de greves, em 1825 parte das concessões feitas foi de novo revogada; mas o direito propriamente dito à associação nunca mais pôde ser tirado dos trabalhadores ingleses. E, durante a crise, pela primeira vez, se viu que os trabalhadores, desde que dispusessem de organizações sindicais que funcionam, tinham condições de defender pelo menos algumas das vantagens conquistadas no período conjuntural anterior de melhoria de seu padrão de vida. As teorias de Robert Owens e de William Kings deram estabilidade ao movimento, o qual, socialmente, podia contar com os trabalhadores qualificados - e daí melhor remunerados e treinados - necessários à nova era da industrialização. À sombra das disputas entre a bourgeoisie e os donos de terras em matéria de reforma do direito eleitoral, os movimentos cooperativistas e sindicais conseguiram expandir-se conjuntamente. Abria-se assim o caminho para uma situação em que, pela primeira vez, a organização legal sob a forma de associações sindicais e cooperativistas se aliou à luta em prol da democratização política e da reformulação da sociedade econômica segundo os objetivos cooperativo-socialistas. As teses de Owens, anteriores à reforma filantrópica das fábricas, se ajustaram à situação e se transformaram nos recursos teóricos do

movimento, quando John Doherty, em 1829, organizou a *Grand Union of Spinners*⁸ e quando nasceu, em 1830, a *National Association for the Protection of Labour*⁹. É certo que a Reform Bill¹⁰, de 1832, o novo acordo das classes altas, privou os operários sorrateiramente de qualquer parcela sua nos direitos políticos. Era mais do que lógico que as suas esperanças primeiramente se concentrassem exclusivamente nas atividades cooperativo-sindicais, ainda mais que nesse campo jamais haviam experimentado uma clara derrota. Robert Owen, no *Report to the County of Lanark*¹¹ (1820), havia exposto o seu sistema de uma "bolsa" do trabalho, visando tornar possível a permuta dos bens a um valor correspondentes às horas de trabalho prestadas nas cooperativas de produção, agrárias ou artesanais. Queria Owen colocar essa nova sociedade econômica lado a lado da ordem econômica capitalista já existente, para que aquela se impusesse a essa gradativamente. Em 1833 surgiu o plano de uma General Labour Union¹² visando, através da reunião dos trabalhadores em cooperativas de produção, privar as empresas capitalistas de mão-de-obra, condicionando assim uma sociedade econômica socialista; em 1834 foi fundada a *Grand National Consolidated Trades Union*¹³ Owen, que jamais pensou em termos de luta de classes,

Página 20

esperava também poder conquistar os empresários para o seu plano de um sistema econômico cooperativista, isto porque ele, como Saint-Simon, acreditava nos interesses comuns das classes industriais produtoras face ao latifúndio e à aparelhagem estatal. Pretendia ele que o *New Moral World*¹⁴ surgisse dentro da mais linda harmonia de classes. Na realidade, contudo, o incremento do movimento sindical levou a pugnas sempre novas em prol de melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e a enérgicas contramedidas dos empresários, pugnas que finalmente lograram esfacelar a grande federação sindical juntamente com as suas idéias de produção cooperativista.

Negando-se os empresários a darem empregos a membros de sindicatos, estes se viram obrigados a exigir de seus associados silêncio quanto à sua

8 Sindicato-mor dos Tecelões.

9 Associação Nacional de Proteção ao Trabalho.

10 Carta da Reforma.

11 Relatório ao Município de Lanark.

12 Sindicato Geral.

13 Grande Sindicato Nacional Consolidado.

14 Novo Mundo Moral.

participação organizacional. Isso serviu de pretexto ao poder público para agir contra os sindicatos, acusando-os de organizações secretas. O Grand National Union não aguentou o rojão e se esfacelou rapidamente. Só subsistiram pequenas organizações sindicais de operários qualificados; as massas de operários sem qualificação e mal pagos se dispersaram. Apagou-se a influência que Owen tivera sobre o movimento trabalhista britânico, embora mais tarde por vezes seus adeptos ainda aparecessem, inclusive fundando, em 1844, a *Rochdale Pioneers' Society*¹⁵ que se colocou à vanguarda no moderno movimento das cooperativas de consumo.

Gradativamente os trabalhadores começaram a compreender que limitando-se à atuação econômica - embora essas por vezes lograssem obter do Parlamento isoladas concessões em matéria de política social, como o foi a lei sobre fábricas, de 1833 - jamais poderiam registrar êxitos duradouros. Voltou novamente, então, a ocupar o ponto nevrálgico a disputa a respeito do direito democrático de voto. Os líderes da *Londoner Working Men's Association*¹⁶, que elaboraram o programa da fase seguinte do movimento trabalhista inglês, ou sejam as seis reivindicações da *People's Charter*¹⁷ (1838), em grande parte haviam adquirido sua experiência na fase anterior: assim William Lovett, James Watson e Henry Hetherington. Sua meta era: direito generalizado de voto, secreto e equitativo para todos os homens; equitativa divisão em círculos eleitorais; jetões para os deputados; redução dos períodos legislativos - em suma, a transformação da Inglaterra numa democracia. Paralelamente surgiu a *London Democratic Association*¹⁸, à qual pertencia O'Brien, o tradutor para o inglês da obra de Buonarotti intitulada *Geschichte der Verschwörung der Gleichen*¹⁹, associação que trouxe para o movimento trabalhista

Página 21

as idéias da revolução francesa e dos grupos de conspiradores revolucionários continentais. Também a petição de Birmingham - igualmente formulada por operários qualificados - defendia essencialmente os mesmos objetivos. À crise comercial e o desemprego em massa dos anos de 1839 a 1843 deram grande ressonância em todo o país ao movimento do *Charter*. Jamais se conseguiu, contudo, unir realmente os líderes desse movimento depois que a Câmara dos comuns rechaçou um abaixo-assinado em massa em prol da *People's Charter*, que foi a primeira Petição Nacional. A briga ente os dois grupos adversários de

15 Sociedade de Pioneiros de Rochdale.

16 Associação dos Homens Trabalhadores de Londres.

17 Carta do povo.

18 Associação Democrática de Londres.

19 História da Conspiração dos Pares.

liderança, o *Moral Force Party*²⁰, que era adepto da agitação a longo prazo e de uma aliança com os grupos liberais da *Courgeoisie* industrial inglesa; e o *Physical Force Party*²¹, que tinha as greves em massa como elemento decisivo de luta - impedia qualquer tipo de ação coesa. O movimento das greves em massa de 1842 não obedecia a qualquer plano e surgiu de forma totalmente inesperada para ambos os grupos. Apesar disso, no entanto, o resultado, surpreendente para a Inglaterra de então, da nova petição do ano de 1842, com 3.3 milhões de assinaturas, demonstrava bem o tamanho e a expressão do movimento, o que finalmente levou o Parlamento à concessão sócio-política que foi a *Lei da Mineração*. A abolição dos impostos de importação do trigo, em 1846, foi, em primeiro plano, um triunfo da *Courgeoisie* industrial sobre os latifundiários, mas revelava já o medo das classes superiores de que o movimento operário da *Charter* tivesse novo surto. Há muito tempo a Lei das Dez Horas fora a meta econômica de sindicatos e dos adeptos da *Charter*; e a lei de 1847, que finalmente veio limitar a jornada de trabalho a dez horas, foi o resultado da última onda de atuação em massa dos charteristas, atuação que, aliás, pouco depois do fracasso das grandes demonstrações de massa, em abril de 1848, e da derrota da revolução continental, acabou morrendo naquele mesmo ano. Tinha razão Karl Marx, quando caracterizou, no primeiro volume do *Kapital*²², a introdução da jornada de trabalho normal legal pela lei de 1847 como "produto de uma protelada guerra civil, mais ou menos escondida, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora", na qual "os operários de fábrica ingleses se constituíram nos vanguardeiros de luta da moderna classe trabalhadora". Para Marx essa lei foi o primeiro grande triunfo da economia política dos trabalhadores sobre a da burguesia, pois "os trabalhadores haviam assim forçado o Estado a promulgar uma lei, que impedia que eles próprios, mediante contrato voluntário, viessem a vender-se e a sua geração para a morte e a escravidão".

Página 22

As duas investidas do movimento trabalhista inglês entre as duas revoluções de 1830 e 1848 proporcionaram também aos trabalhadores no continente o esquema de suas próprias lutas classistas. Com os resultados alcançados, os trabalhadores ingleses haviam dado a prova concreta de que era possível, através das ações do proletariado, levar o poder público a intervenções socio-políticas, a forçar, pela luta sindical imediata, concessões em matéria de política salarial e a melhorar o padrão de vida e o nível educacional da classe obreira, em contraposição às tendências - "naturais" sem luta de classes - de depauperamento das massas.

Nem mesmo o esfacelamento do movimento da *Charter* afetou esse resultado, pois foi antes de tudo um efeito colateral da derrota da revolução

20 Partido da Força moral.

21 Partido da Força Física.

22 O capital.

européia de 1848. Uma das características da última fase do movimento da *Charter* foi o reconhecimento da necessidade de solidariedade internacional por parte dos democratas revolucionários e da classe trabalhista. A associação dos *Fraternal Democrats*²³, cujo secretário foi George Julian Harney, manteve sempre em dia o contato com os grupos de emigrantes revolucionários estrangeiros que viviam na Inglaterra, bem como com os círculos revolucionários no exterior. Depois do ingresso, pelo voto, do primeiro deputado charterista na Câmara dos comuns, em junho de 1847, os *Fraternal Democrats* prepararam um congresso internacional, que deveria reunir-se em Bruxelas em outubro de 1848, mas que não chegou a se realizar por causa da revolução. Quando uma terceira petição de massas, de iniciativa dos Charteristas, foi rejeitada pelo Parlamento em julho de 1848 (a uma época em que não apenas a classe trabalhista, mas os democratas em geral já haviam sido derrotados no continente), acelerou-se a decomposição do movimento. O operariado inglês ficou anos a fio sem um movimento independente.

A revolução no continente, de 1848, foi uma consequência da crise econômica de 1847. Após o curto prelúdio da guerra suíça da confederação especial, em novembro de 1847, as rebeliões de janeiro de 1848 na Itália inauguraram uma nova evolução na história do movimento trabalhista, que viria a se desdobrar plenamente com a queda do reinado burguês na França, a 24 de fevereiro de 1848. Na revolução precedente, de 1830, operários e pequenos burgueses haviam lutado lado a lado durante três dias nas ruas de Paris, tendo assistido, após a vitória que foi sua, o poder cair nas mãos da oligarquia bancária e financeira e do seu rei Luis Felipe. Na ocasião, a classe trabalhadora francesa ainda não possuía uma conscientização política própria, que tivesse possibilitado um programa e atuações independentes. Suas primeiras grandes greves - a dos tecelões de seda de Lyon, em 1831 e 1834 - haviam sido dizimadas sem maiores problemas. E bem verdade que, mesmo antes da revolução de julho de 1830, já havia certa atuação das

Página 23

sociedades democrático-revolucionárias secretas - a *Carbonári* e outras agremiações moldadas no mesmo modelo - que atuavam entre os estudantes universitários e em parte também nos meios plebeus, sobretudo junto aos aprendizes de ofícios. Mas foi só no período do reinado burguês que elas começaram conscientemente a opor os interesses do *peuple*²⁴ aos da *bourgeoisie*, como o formulou Louis Blanc em sua *Histoire des dix ans*²⁵. Surgiram em rápida seqüência a *Société des amis du peuple*²⁶, a *Société des*

23 Democratas fraternos.

24 Povo.

25 História dos Dez Anos.

26 Sociedade dos Amigos do Povo.

*familles*²⁷, sob Louis-Auguste Blanqui, e a *Société des Saisons*²⁸. O objetivo comum de todas essas agremiações secretas era conquistar o poder político pela violência, por intermédio de um grupo de conjurados organizados rigidamente, e libertar a classe operária que vivia da venda de sua força de trabalho. A ditadura revolucionária dos conspiradores vitoriosos deveria assegurar a educação do povo para a democracia e a sua cooperação numa sociedade econômica utópico-comunista. Na constituição dos membros dessas associações secretas ia-se sobrepondo cada vez mais o elemento proletário. Idéias internacionalistas ligavam esse movimento a emigrantes revolucionários e a operários-aprendizes alemães, que, seguindo o exemplo francês de 1834, se haviam congregado na *União dos Párias* e depois na *União dos Justos*.

O incremento industrial da França, que se iniciou sob a proteção da política aduaneira do reinado burguês, evidenciava, de forma crassa, a contradição entre a burguesia financeira, a burguesia industrial e o proletariado. A França até então fora um país predominantemente agrário. A vida política legal, da qual, de qualquer forma, estavam excluídos os trabalhadores por força do direito eleitoral vigente, se restringia a um jogo entre a aristocracia financeira governante e a oposição oficial da burguesia industrial e letrada. Os lavradores, orgulhosos de seu papel de proprietários que deviam à grande Revolução, constituíam numericamente a classe muitíssimo mais numerosa do país. A maioria dos trabalhadores ainda exercia suas atividades em empresas pequenas; faltava-lhes o espírito de luta dos quadros das grandes empresas. Levando em conta a situação política e social da França, era de esperar que os trabalhadores, na medida em que se iam tornando atuantes politicamente, moldassem a sua atitude e seu método de luta pelo exemplo da inconfidência de Baboeuf, esperançosos nos resultados de um "golpe" e confiantes em que tudo se resolveria pela política de uma ditadura democrático-revolucionária. Preparativos constantes de "golpes" e finalmente a tentativa da insurreição de 12 de maio de 1839 testemunharam a sua energia revolucionária, que continuou a

Página 24

manifestar-se nas formas de luta do proletariado parisiense durante a revolução de fevereiro de 1848 e das comunas parisienses de 1871. Seu líder, Blanqui, que até a sua morte (1881) passou trinta e seis anos de sua existência na prisão, gozava de extraordinária autoridade e o seu enterro transformou-se numa das maiores demonstrações do operariado francês: duzentas mil pessoas acompanharam o féretro. Na catástrofe da tentativa de golpe de estado de 1839 esteve também implicada a *União dos Justos*, alemã. Uma parte de seus membros mais atuantes, Karl Schapper, Heinrich Bauer e Joseph Moll, conseguiram escapar para a Inglaterra, onde fundaram em 1840

27 Sociedade das Famílias.

28 Sociedade das Estações.

a Associação Alemã para a Educação dos Trabalhadores²⁹, que logo começou a aceitar também emigrantes democráticos e proletários de outras nacionalidades, adquirindo grande importância para o aprimoramento do movimento trabalhista internacional como Associação Comunista para a Educação dos Trabalhadores³⁰, que existiu até 1917.

Paralelamente a esse movimento comunista conspirador, que visava a atividade autônoma e a luta de classes do proletariado, houve outras influências que se fizeram sentir sobre os trabalhadores franceses, sem o que não se poderia compreender a atitude dos mesmos na primeira fase da Segunda República. As mudanças sociais no período da sociedade industrial capitalista emergente haviam feito aparecer numerosos teóricos, que se opunham às tendências reinantes da economia liberal. Charles Fourier, devido à sua aversão à grande empresa capitalista industrial, em sua filosofia social baseava as suas esperanças numa federação de comunidades pequenas, de natureza cooperativista, quase autárquicas (*phalanstères*); suas idéias pouco tinham a ver com um movimento trabalhista independente e a sua luta de classes. Mais realista era o sistema do Conde Saint-Simon, que entendia perfeitamente a inexorabilidade do desenvolvimento rumo a uma produção industrial em grande escala. Defendia ele a idéia do planejamento conjunto da sociedade por parte de capitalistas industriais e trabalhadores contra os que, a seu ver, eram não-produtores parasitários. O pensamento de ambos, através de seus adeptos, influenciou algumas partes da classe operária e, finalmente, Louis Blanc, cujo *droit au travail*³¹ e *organisation du travail*³² foram os slogans decisivos da primeira manifestação independente de maior vulto dos operários parisienses, entre fevereiro e junho de 1848. Ao contrário disso, no entanto, nessa fase da evolução, a teoria de Pierre Joseph Proudhon, da *organisation du crédit*³³ e do mutualismo, só chegou a influir sobre a autocompreensão do operariado francês depois dos acontecimentos decisivos de junho de 1848.

Página 25

Aqueles mesmos trabalhadores, que - conforme supunham de início - haviam sido vitoriosos em fevereiro de 1848 e forçado a admissão de Blanc e Albert no governo bem como a constituição da Comissão do Luxembourg, devido à crise econômica de 1847 voltaram a ficar desempregados ou ameaçados de ficá-lo. Eis porque para eles o problema mais importante era assegurar o direito ao

29 Arbeiterbildungsversin

30 Kommunistischer Arbeiterbildungsverein

31 Direito ao trabalho.

32 Organização do trabalho.

33 Organização do crédito.

trabalho através do poder público. Isso, porém, iria acontecer de tal maneira que seria impossível a repetição de catástrofes econômicas semelhantes, bem como uma nova subordinação completa aos capitalistas industriais na vida econômica. Os *Ateliers sociaux*³⁴ de Louis Blanc - um ensaio antecipado das associações produtoras com ajuda estatal, de Ferdinand Lassalle - parece que atendiam essa necessidade. Mediante a política creditícia de um banco nacional de propriedade pública, sua finalidade era ultrapassar lentamente e com a anuência pacífica de todas as classes o ordenamento social e econômico capitalista. Pois: não parecia justificar-se a esperança de Louis Blanc de se poder chegar a uma sociedade verdadeiramente democrática através de um acordo pacífico entre os democratas pequeno-burgueses representados no governo provisório e os capitalistas industriais, sem luta de classes? E não era Blanqui, ao criticar essa harmonia, apenas um perturbador amargurado pela prisão que havia sofrido? Foi pelas suas próprias duras experiências que os trabalhadores, depois da revolução de fevereiro, tiveram de aprender devagar que Blanqui havia reconhecido seus reais interesses de forma mais clara do que eles próprios. As oficinas estatais, que agora surgiram, basicamente eram apenas uma organização para obras de emergência; absorviam os desempregados que não chegaram a ser recrutados pelos corpos de guarda móvel. Depois das eleições para a assembleia constituinte nacional, os trabalhadores, já agora sóbrios, tentaram salvar a meta da sua revolução pela demonstração do dia 15 de maio e forçar o Parlamento e o governo a dar apoio à revolução polonesa. Mas nada interessava menos aos democratas pequeno-burgueses e aos republicanos burgueses do que uma luta comum dos democratas europeus contra a Prússia e a Rússia. Assim foi que a demonstração serviu à experiência utópica de como conquistar o poder, tendo terminado com o aprisionamento dos líderes dos antigos grupos conspiradores. Blanqui assim foi eliminado da cena. O decreto de 21 de junho de 1848 foi o estopim da rebelião espontânea dos operários parisienses, quando excluiu os trabalhadores solteiros e jovens das oficinas estatais, estes últimos especificamente convocados para o serviço militar. A luta de cinco dias decidiu não apenas a revolução francesa, mas também a europeia: a burguesia liberal de todos os países da Europa tratou de fazer as pazes com a reação feudal, aclamando o massacre cometido pelo General Cavaignac de mais de três mil operários presos. Karl Marx, em 1850, relatou, em seu livro

Página 26

*Klassen-kaempfe in Frankreich*³⁵, a evolução desse primeiro surto do movimento trabalhista francês. Em *Der 18 Brumaire des Louis Bonaparte*³⁶ (1852), o mesmo autor analisou as conseqüências da sua derrota, a

34 Oficinas sociais

35 As lutas de Classes na França

36 O 18 brumário de Luís Bonaparte

desistência quanto ao poder político da burguesia liberal aparentemente vitoriosa a favor de Napoleão e de sua "Quadrilha de Dezembro".

Essas análises foram obra de um intelectual que fez da filosofia, da história e da economia da Europa de então um novo método científico. Refletiam, ao mesmo tempo, os primórdios e as primeiras experiências do movimento trabalhista alemão, que, considerando o atraso industrial dos Estados da Federação Alemã, só tinham condições de se desenvolver em conexão com os movimentos trabalhistas da Inglaterra e da França. O entrosamento contraditório do atraso econômico e social do próprio país com os processos sociais e intelectuais nos países europeus vizinhos bem mais adiantados teve grande significação para o desdobramento das idéias teóricas da classe operária. Voltou assim a se evidenciar um relacionamento que já na primeira metade do século XVIII havia levado à supremacia do racionalismo francês sobre a filosofia inglesa e, poucas dezenas de anos depois, à supremacia da literatura clássica e da filosofia idealista alemãs sobre o movimento intelectual francês contemporâneo, o que condicionou então o apogeu intelectual da burguesia européia. Foi justamente a insignificância prática do movimento trabalhista alemão na primeira metade do século XIX que possibilitou a Karl Marx e a Friedrich Engels, ainda em vésperas do levante revolucionário de 1848, formular para a totalidade dos trabalhadores europeus a teoria da evolução de sua autoconsciência, de suas idéias e de sua meta, a sociedade supranacional sem classes.

Após a festa de Hambach, que foi o epílogo da revolução de 1830 na França e das agitações sociais na Inglaterra, muitos intelectuais democráticos tiveram que emigrar da Alemanha; entre eles os Professores de Goettingen, Theodor Schuster e Jakob Venedey. Começaram eles a colaborar, em Paris, com aprendizes alemães itinerantes, bem ao estilo das sociedades secretas democrático-revolucionárias francesas. Da *União dos Párias emergiu*, em 1836, a *União dos Justos*. Depois da derrota do golpe da *Société des Saisons*, em 1839, uma parte de seus membros se viu obrigada a emigrar para Londres; ali surgiu em 1840, primeiramente como *forum* legal de debates, a *Associação Alemã para a Educação dos Trabalhadores*, que mais tarde deu origem à *Associação Comunista para a Educação dos Trabalhadores*. Wilhelm Weitling, um itinerante aprendiz de alfaiate, havia escrito para a *União dos Justos* dois livros - *Die Menschheit wie sie ist, und wie sie sein soll*³⁷, em 1838, e *Garantien der Harmonie und der Freiheit*³⁸, em 1842 - livros

Página 27

que combinavam a visão utópica de uma sociedade comunista com o plano de uma ditadura educativa revolucionária. Ora, veio a *Associação para a Educação dos Trabalhadores*, de Londres, oferecer a oportunidade de aliar as experiências francesas da conspiração política revolucionária com aquelas colhidas na Inglaterra, de lutas de classe resolvidas abertamente. Friedrich

37

A Humanidade como ela é e como deve ser

38

Garantias da Harmonia e da Liberdade

Engels, já em novembro de 1843, se havia posto em contato com a *Associação para a Educação dos Trabalhadores*, de Londres: Karl Marx visitou-a em 1843, quando de uma estada em Londres. Em Bruxelas também foi fundada, depois da emigração de Marx de Paris, uma associação de trabalhadores alemães. Esses emigrantes socialistas, tanto em Londres como em Bruxelas, deram uma forma nova, mais precisa, àquele socialismo, predominantemente emocional, cunhado por Weitling. Os filiados à *União dos Justos* já tinham compreendido a significação do estudo de Engels sobre *Die Lage der arbeitenden Klasse in England*³⁹ para a análise da situação do operariado, bem como o peso que cabia às conferências de Marx sobre *Lohnarbeit und Kapital*⁴⁰ e à sua polêmica contra a *Misere de la Philosophie*⁴¹, de Proudhon, para a teoria da economia social e o sobrepor-se a modelos puros de sistemas. A passagem da agremiação golpista secreta para uma organização de propaganda no congresso gremial de Londres em meados de 1847 e a mudança do nome para *Bund der Kommunisten*⁴² foram conseqüências dessa evolução. O passo seguinte foi o encargo dado pelo Segundo Congresso gremial, de fins de 1847, a Marx de formular o programa da agremiação; Engels, aliás, já havia preparado um anteprojeto a respeito.

Em fevereiro de 1848, imediatamente antes da eclosão da revolução na França, foi impresso em Londres o *Kommunistisches Manifest*⁴³, que, na época, logrou uma divulgação apenas diminuta e não teve inicialmente influência sobre o andamento dos acontecimentos. Depois de uns poucos decênios mais, no entanto, transformou-se na carta programática dos movimentos trabalhistas de todos os países. Numa linguagem incisiva e clara contém a teoria do materialismo histórico, uma exata apresentação das tendências da evolução da sociedade capitalista industrial, em cujo seio, segundo Marx, cabe ao operariado - sempre no contexto dos países nacionais - impulsionar o processo da revolução até uma sociedade sem classes. O *Manifesto* tem como fecho aquela fórmula que, desde 1848, volta sempre aos programas do movimento trabalhista Europeu: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!" Com razão escreveu Harold Laski no prefácio à edição comemorativa do Centenário do Manifesto, publicada por delegação

Página 28

-
- 39 A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra
40 Trabalho Assalariado e Capital
41 A Miséria da Filosofia
42 Federação dos Comunistas
43 O Manifesto Comunista

do *Labour Party*⁴⁴: "São poucos os documentos na história da humanidade que passaram tão bem pela prova da sua confirmação por parte do futuro do que o *Manifesto Comunista*. Passado um século de sua publicação, ainda não houve quem seriamente houvesse podido contestar qualquer uma de suas afirmações essenciais."

A revolução, em vésperas da qual aparecera o *Manifesto Comunista*, que a previu e para a qual pretendia dar aos trabalhadores as linhas mestras estratégicas, foi derrotada: a luta de classes na França fez com que a burguesia em todos os países da Europa abandonasse seus próprios objetivos e caísse nos braços da reação. Na Alemanha os filiados à Federação dos Comunistas cerravam fileiras com os democratas burgueses mais radicais: Wilhelm Wolff, em Breslau, Karl Marx como redator da *Neue Rheinische Zeitung*⁴⁵, em Colônia, Friedrich Engels durante a insurreição de Baden.

Apenas na *Arbeiterverbruederung*⁴⁶, de Stefan Born, é que se vislumbravam iniciativas autônomas de natureza político-social dos trabalhadores, que evidentemente eram inexpressivas para o caráter geral do movimento; não tinham força para cunhar os resultados do mesmo. Apesar disso, a atitude revolucionária do grupo do *Neue Rheinische Zeitung* e a superioridade de sua estratégia chegaram a impressionar alguns intelectuais da nova geração de forma tão forte que estes lograram transmitir as idéias da *Federação dos Comunistas* - embora de maneira trivial - à fase seguinte do movimento; assim por exemplo Wilhelm Liebknecht e Ferdinand Lassalle.

Com a derrota da revolução mais uma vez os principais membros da Federação se viram forçados a emigrar. A prosperidade de 1850 frustrava todas as esperanças de uma nova revolução e destruiu, primeiro, a unidade e, depois, a própria existência da *Federação*. Enquanto Willich e Schapper voltavam aos conceitos da fase conspiratória da *Federação*, a maioria no órgão central da mesma, ressuscitado em Londres, rejeitava, juntamente com Marx e Engels, tal política de ilusões. A perseguição à Federação pela polícia prussiana pôs um ponto final na continuidade organizacional da mesma com o processo movido contra os comunistas em Colônia, em 1852. A decisão tomada pela Câmara de Deputados alemã, de 13 de julho de 1854, proibindo todas as agremiações de trabalhadores e que o embaixador de Bismarck logrou impor, encerrou o primeiro período do movimento trabalhista alemão. A melhor descrição contemporânea e análise social do processo da revolução alemã de 1848/49 se encontram nos artigos de Friedrich Engels, intitulados *Revolution und Konterrevolution in Deutschland*⁴⁷.

44 Partido Trabalhista (ingles)

45 Novo Jornal da Remânia

46 Confraternização Trabalhista

47 Revolução e Contra-revolução na Alemanha

Em seus primórdios o movimento trabalhista surgira na Inglaterra, mas logo se seguiram intentos paralelos na França e na Alemanha, cujo ponto máximo se registrou durante a onda revolucionária, que, provocada pela crise do ano de 1847, varreu toda a Europa. Só muito devagar e com muitas contradições é que se puderam desenvolver um pensamento e uma atuação independente do movimento operário; e surgiu das tentativas de tirar conclusões palpáveis das idéias democrático-burguesas, de aplicá-las aos problemas da sociedade econômica e de sobrepor-se à desumana deteriorização do nível de vida durante a fase inicial da industrialização e das crises que se seguiram. Nesse contexto a atividade política quase sempre se cingia apenas a pequenos grupos do operariado, quase sempre sob a direção de intelectuais críticos: no meio cooperativista ou sindical. Só a eles se deveu durante período relativamente longo o desenvolvimento de uma consciência classista autônoma, em ação contra a ideologia predominante. Esse grupo ativo se compunha, antes de tudo, de trabalhadores qualificados, que, devido à melhor remuneração que percebiam, tinham melhores oportunidades de se instruir e adquirir conhecimentos. Os demais membros da classe operária, mais fortemente depauperados, porém, por ora só revelavam decisão firme e atividade em momentos de crise, nos pontos culminantes da história social. Ai, sim, é verdade, se mostraram capazes de inusitadas ações espontâneas, como no assalto às máquinas ou em julho de 1830 na França, onde, aliás, funcionaram mais como tropa auxiliar dos liberais. Tudo isso se modificou, quando se começaram a constituir organizações autônomas, embora pequenas, que defendiam de forma continuada teses políticas e sociais, razão pela qual conseguiam influir nas massas de modo constante.

A derrota sofrida na Inglaterra e na França pelas ações revolucionárias autônomas da classe trabalhista e na Alemanha, industrialmente atrasada, sobretudo as insurreições de 1848 lideradas por democratas burgueses, foi selada pelas lutas de junho, em Paris. A prosperidade de 1850 mais uma vez conseguira estabilizar as condições do poder político em todos os países da Europa. Apesar disso não se apagou, no que sobrou do movimento trabalhista da Europa, a consciência de seu interrelacionamento internacional. Resguardou-se o reconhecimento de que a Europa pré-revolucionária não poderia ser restaurada inalteradamente e que, sob outras condições, surgiria uma nova fase do movimento operário. As metas da democracia, da melhoria concreta do padrão de vida dos trabalhadores por meio da luta contra os empresários e a abolição dos privilégios classistas no seio de uma sociedade do futuro sem classes, já se haviam erigido em bem comum de todos; a ajuda mútua internacional era olhada como conseqüência lógica. Essa conceituação manteve-se numa época em que a solidariedade política dos democratas burgueses na Europa cedia lugar a uma identificação com o Estado existente, sofrendo, pois, paralisação sob o impacto das contradições nacionais. A primeira fase do movimento trabalhista

européu havia criado, condições, às quais facilmente se entrosou a nova onda de industrialização, iniciada pela conjuntura de 1850.

2. A Associação Internacional de Trabalhadores

O período de prosperidade, que em 1849/50 havia posto fim ao primeiro surto do movimento europeu de trabalhadores, veio fortalecer o desenvolvimento industrial da Inglaterra e intensificou a disseminação da nova forma de produção na França e na Alemanha. Enquanto se manteve inalterada a conjuntura, a burguesia se satisfazia com as situações políticas que reinavam no continente após a derrota da Revolução, mesmo encontrando-se praticamente excluída de participação no poder político. Na França dominavam o Exército, a máquina burocrática e a polícia de Napoleão III, nos Estados da Federação Alemã um regime, algo modificado conforme o lugar, de domínio dos soberanos, da aristocracia feudal e da burocracia estatal. A classe operária não mais estava apta a exercer uma atividade própria, seus líderes foram mortos depois da Revolução, privados da liberdade ou forçados a emigrar. Somente na Inglaterra é que pôde subsistir um resto de continuidade organizacional graças às agrupações sindicais.

Com a conjuntura favorável de 1850, no entanto, a forma capitalista-industrial de produção foi ganhando cada vez mais terreno na Europa. Nas três décadas de 1850 a 1880, a quantidade de cavalos-força gerados na Inglaterra subiu de 1,3 para 7,6 milhões, na França de pouco mais que 0,4 a quase 1,3 milhões, na Federação Alemã - e depois no *Reich* - foi de 0,26 para mais de 5,1 e na Áustria de 0,1 a 1,6. De forma semelhante aumentou também a produção de carvão: na Inglaterra de 49 a 147 milhões de toneladas, na Alemanha de 6,7 para 59,1, na França de menos de 0,5 a 19,4 milhões de toneladas; enquanto a produção de aço na Inglaterra passou de 2,6 a 25,1 milhões de toneladas, na França de 0,8 para 3,8 e na Alemanha de 1,3 para 12 milhões de toneladas. Idênticos quadros se apresentavam na indústria da produção de bens e na indústria de transformação. A estrada de ferro abriu a Europa.

Era, no entanto, ilusória a tranqüilidade social e política da década dos anos 50 do século XIX. Enquanto corria imperturbado o progresso econômico, os sistemas pós-revolucionários conseguiram esconder os antagonismos entre as classes. Mas tão logo que algum transtorno viesse a fazer que a burguesia liberal exigisse intervenções político-econômicas ou alguma atividade em matéria de política exterior do Estado, forçosamente o movimento trabalhista teria igualmente de voltar a ter expressão. É bem verdade que reinava a discórdia entre os líderes dos democratas alemães emigrados para a Suíça e a Inglaterra, porque cada qual achava que poderia com a sua própria pseudo-atividade substituir o movimento real do processo histórico. As rivalidades e as desavenças dos alemães entre si, que haviam selado o destino da *Federação dos Comunistas*, eram típicas do clima que reinava, tanto entre os emigrantes políticos do continente daquela época, como também entre os revolucionários russos antes de 1905 e antes de 1917, da mesma forma como aconteceu com

os refugiados políticos da década dos anos de 1920 da Itália e, depois de 1933, da Alemanha. Grande parte dos revolucionários emigrou para a América do Norte e estavam, pois, perdidos para o movimento trabalhista europeu. Só uns poucos tiveram força bastante para, em meio a uma situação desesperadora na aparência, retirar-se para as atividades científicas para elaborar a teoria do movimento operário, como o fizeram então Marx e Engels.

Com a prosperidade econômica que se seguiu a 1850 a situação material de grande parte da camada dos trabalhadores industriais havia melhorado, embora a sua participação relativa no produto nacional global da produção industrial não sofresse alteração. As primeiras barreiras contra a exploração inescrupulosa na fase de formação do capitalismo de forma nenhuma foram concessões espontâneas por parte dos empresários, mas foram erigidas sob a pressão exercida pelo operariado. A lei sobre fábricas na Inglaterra, de 1833, que inicialmente se aplicava exclusivamente à indústria têxtil, fixou horários máximos para o trabalho - para menores entre 13 e 18 anos doze horas, para crianças de 9 a 13 anos oito horas diariamente, proibiu-se o trabalho de menores de 9 anos. Inicialmente os empresários trataram de contornar essa lei, conseguiram, afinal, que a Câmara dos Comuns reduzisse a idade mínima para o trabalho infantil a menores de 8 anos e que o horário generalizado para o trabalho em fábricas, fixado em 12 horas, fosse regra também aplicável aos menores. Graças a novos êxitos dos charteristas chegou-se finalmente à lei sobre fábricas de 8 de junho de 1847, lei esta que limitou o horário máximo do trabalho para mulheres e menores, primeiramente a onze horas e a partir de 1º de maio de 1848 a dez horas. Não se fez esperar a contra-ofensiva dos industriais. Mesmo assim se logrou, em 1850, dar força de lei à jornada de dez horas de trabalho para todos os trabalhadores, se bem que inicialmente apenas no ramo têxtil. Adquiria assim foros de juridicidade

Página 33

aquilo que Robert Owen quarenta anos antes havia exigido e que as classes reinantes e a doutrina reinante nas ciências haviam crismado de crime ateu contra a virtude "cristã" do trabalho e ironizado como utopia. Foram as experiências dessa luta na Inglaterra que ajudaram os trabalhadores franceses a impor a lei sobre a jornada máxima de 12 horas de trabalho como o mais importante resultado da revolução de fevereiro de 1848.

Com base nessa primeira conquista social criou-se o ambiente que, durante o progresso econômico, possibilitou aos operários qualificados tirarem algumas vantagens da concorrência que se estabeleceu entre os empresários na aquisição de sua mão-de-obra especializada. Em conjunturas favoráveis quando escasseia sobretudo a mão-de-obra, sabe-se que nem mesmo o emprego da aparelhagem terrorista estatal do Terceiro Reich conseguiu evitar de todo os incrementos salariais. Na época depois de 1850, no entanto, o regime bonapartista na França não estava interessado em experimentos dessa ordem, apesar do zelo que demonstrava em sufocar qualquer outra atuação democrática e toda e qualquer aspiração política dos trabalhadores. Registraram-se concessões sócio-políticas à classe operária: tribunais de ofícios, instituições subvencionadas para o bem-estar dos trabalhadores, criaram-se clubes de consumo apolíticos - medidas que visavam apaziguar os

trabalhadores em relação ao regime e impedir o ressurgimento de sua autoconscientização social.

Quando do início da crise seguinte, o operariado, tanto na França como na Alemanha, já não se limitava àquela reduzida minoria que era antes de 1848. E se tratava de um operariado que agora, em parte, já tinha conquistado melhor situação material e cultural. Viram-se os governos obrigados a reduzir o trabalho das crianças e a dar aos trabalhadores uma certa educação escolar, embora mínima, que, porém, se tornava indispensável para execução das tarefas mais complicadas da produção industrial. Não podia, pois, uma nova crise econômica deixar de dar lugar a um movimento trabalhista político e socialmente mais forte.

Tal crise econômica começou em 1857. Após as guerras da Criméia e na Itália, voltaram a agitar-se os subjugados poloneses e italianos, redespertando também os sentimentos de solidariedade dos democratas. A guerra civil americana fez com que os democratas radicais no Parlamento inglês e, sobretudo, os trabalhadores ingleses manifestassem sua simpatia para com os Estados do Norte, impedindo a entrada da Inglaterra na guerra ao lado dos Estados sulinos da União. Pouco antes os trabalhadores ingleses já haviam registrado um grande êxito: a greve londrina dos trabalhadores na construção civil, à qual os empresários responderam com um "lock-out" e a suspensão do direito de associação em suas empresas, só foi levantada ao cabo de nove meses, com a conquista do direito à associação, coisa que se deveu à união de todos os sindicatos ingleses, que levaram a cabo coletas de

Página 34

fundos para os grevistas. Esses gestos de solidariedade para com os trabalhadores da indústria da construção civil em greve levaram a uniões locais dos sindicatos de outros ramos, voltando a dar ao movimento trabalhista inglês órgãos que realmente eram capazes de funcionar. Foi essa a base também para a luta que se reacendeu em prol de um direito eleitoral equitativo para todos, empenho que contou também com o apoio de alguns parlamentares burgueses radicais; seus resultados foram a reforma do direito eleitoral de Disraeli, em 1867, e a reforma parlamentar de Gladstone, de 1884, que veio reconhecer o direito de voto à maior parte dos trabalhadores urbanos e rurais.

Também o movimento trabalhista francês sofreu reativação graças à crise de 1857/58: apesar da proibição de associação houve uma onda de greves, visando a manutenção do nível salarial. Como prova de sua política "de simpatia para com os trabalhadores", o Governo francês enviou uma delegação de 550 trabalhadores à Exposição Mundial de Londres, em 1862. Dentre os membros dessa delegação, eleitos pelos operários, havia também adeptos de Proudhon, sob a liderança de Henry Louis Tolain. A delegação teve contatos com o *Conselho Sindical* londrino e foi acertada uma demonstração conjunta em prol da revolução polonesa para o dia 22 de julho de 1863, em Londres. No dia seguinte discutiu-se a viabilidade de uma união internacional permanente dos trabalhadores; os ingleses instituíram uma comissão liderada por Georg Odger, comissão esta que redigiu uma mensagem aos trabalhadores franceses. Conclamava à atuação conjunta dos trabalhadores de todas as nações

civilizadas, ao apoio à sublevação polonesa e a que se impedisse a pressão salarial exercida sobre os operários ingleses mediante o recrutamento de mão-de-obra mais barata na área continental.

A primeira reunião teve lugar no dia 28 de setembro de 1864 no St. Martins Hall, em Londres. Além dos ingleses e franceses, ali estavam representados vários grupos de emigrantes; entre outros, os italianos representados por um ajudante de Garibaldi, os alemães por elementos da *Associação Comunista para a Educação dos Trabalhadores*, de Londres. Karl Marx foi eleito como um dos dois representantes alemães para compor a Comissão Central, inicialmente de 32 membros. Apesar de todo o ceticismo quanto ao grau de maturidade do movimento, Marx atribuía grande significação a essa união e, a respeito, escreveu, em 29 de novembro de 1864, o seguinte a seu amigo Ludwig Kugelmann: "A *Associação* é importante, porque nela estão presentes os chefes dos *Trade-Unions*⁴⁸ londrinos, que prepararam uma recepção enorme para Garibaldi e que frustraram, graças ao comício-monstro em St. James Hall, o plano de Palmerston de uma guerra contra os Estados Unidos. Também os chefes dos trabalhadores parisienses participam em nossos trabalhos."

Página 35

Na elaboração dos estatutos e do preâmbulo, em que se formularam os princípios da nova organização, Marx conseguiu impor seus pontos de vista contra os dos seguidores de Owen e de Mazzini. As *Palavras à classe trabalhadora*, por ele formuladas e que foram as palavras de inauguração da *Associação Internacional de Trabalhadores*, só continha ponderações a que tanto os adeptos das *Trade-Unions* como os seguidores de Proudhon ou Mazzini nada tinham a opor. Invocando as idéias dos diferentes líderes operários dos diversos países e trazendo à baila princípios comuns a todos, quis ele dar início a um processo que pudesse dar àqueles, através das experiências colhidas em suas próprias lutas, uma maior unidade teórica e clareza. Expressava-se ali claramente o ponto de partida da totalidade do movimento, ou seja a necessidade da luta comum de classes por parte dos trabalhadores, embora Marx só tivesse podido incluir no programa da Internacional de forma muito condicionada a teoria política e social que apresentou em seu Manifesto Comunista de 1848. Mas, de qualquer forma, se impediu que as idéias mutualistas dos adeptos de Proudhon ou que as ilusões de Mazzini viessem a cunhar o programa. Com emendas apenas de menor monta, o projeto de Marx dos estatutos e das palavras inaugurais da *Associação Internacional de Trabalhadores* foi aprovado unanimemente. O preâmbulo constitui um documento de importância histórica muito especial para o movimento trabalhista. Ei-lo:

"Considerando
que a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra da própria classe trabalhadora;

que a luta em prol da emancipação da classe trabalhadora não constitui uma luta em prol de prerrogativas de monopólios de classe, mas antes uma luta em prol de direitos e deveres eqüitativos e de aniquilamento de qualquer domínio de classe;

que a subjugação econômica do trabalhador a quem se apossou dos meios para o trabalho, isto é, das fontes de vida, constitui a raiz da servidão sob todas as suas formas - a miséria social, a atrofia mental e a dependência política;

que, pois, a emancipação econômica da classe trabalhadora constitui o grande objetivo final, ao qual se há de subordinar, como objetivo final, qualquer movimento político;

que todas as tentativas até agora empreendidas visando esse objetivo fracassaram por falta de acordo entre os múltiplos ramos do trabalho de cada país e pela ausência de uma união fraterna entre as classes trabalhadoras dos diversos países;

que a emancipação da classe trabalhadora não constitui tarefa nem local nem nacional, mas é uma tarefa social que compreende todos os países em que existe a sociedade moderna e cuja solução depende da cooperação prática e teórica dos países mais adiantados

Página 36

que o movimento que atualmente se renova, da classe trabalhadora nos países industriais da Europa, enquanto desperta novas esperanças, também representa uma solene advertência contra uma recaída dos antigos enganos e insta a uma congregação imediata dos movimentos ainda dispersos; por estes motivos foi fundada a *Associação Internacional de Trabalhadores*."

E DECLARA:

"que todas as sociedades e indivíduos que a ela se filiarem reconhecem a verdade, a justiça e a moralidade como regra de seu comportamento recíproco e para com todos os homens, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade. Considera que é dever de cada qual conquistar os direitos humanos e civis não apenas para si próprio, mas para todo aquele que cumpre o seu dever. Não há deveres sem direitos, não há direitos sem deveres."

A *Associação Internacional de Trabalhadores* assim fundada contava com a maioria dos sindicatos ingleses, que dela se fizeram membros coletivos, e com números variados de membros individuais, além de uns e outros dos sindicatos em outros países europeus. Seu Conselho Geral nunca chegou a possuir uma organização própria forte nem recursos monetários consideráveis, apesar do enorme poder que lhe inventaram os órgãos da imprensa burguesa e os serviços secretos de todos os governos, cuja atitude estranha em relação à verdade parece sempre ter sido uma constante no decurso das mudanças históricas, desde os tempos de Stieber e do processo comunista de Colônia, em 1852, até os dias de hoje. É bem verdade que a autoridade e o prestígio da Internacional no seio dos trabalhadores europeus aumentaram constantemente até a derrota das comunas parisienses, já que invocações à solidariedade fomentavam grandes lutas trabalhistas. A Internacional ajudou a esclarecer e

desenvolver a autoconscientização política e social dos trabalhadores que ela representava. Seus membros ingleses pertenciam à *Reform League*⁴⁹, que a partir de fevereiro de 1865 congregou os burgueses radicais e os sindicalistas em torno da luta pela democratização do direito de voto, assim condicionando o advento da lei eleitoral de 1867. Na França, aliás, seus adeptos ainda estavam em grande parte sob a influência de Proudhon, porém a ajuda da Internacional e, sobretudo, dos sindicatos ingleses durante o *lock-out* do ramo do bronze de Paris, em 1867, e mais tarde nas greves dos operários têxteis em Rouen e Lyon e dos trabalhadores nas minas de carvão em St. Etienne fez que um grupo de líderes trabalhistas franceses, inclusive Eugène Varlin, aceitasse a necessidade da greve, de medidas sócio-políticas e a meta da encampação da propriedade dos meios de produção, de características monopolísticas. Os seguidores de Blanqui inicialmente ainda se mantiveram afastados da Internacional, apesar

Página 37

de Blanqui ter comparecido ao Congresso de Bruxelas, de 1868, como ouvinte. Trabalhadores belgas, suíços, holandeses, italianos e espanhóis se filiaram à Internacional, bem como os líderes da primeira organização austríaca de trabalhadores. Além de uns poucos membros individuais na Alemanha e dos emigrantes da *Associação para a Educação dos Trabalhadores*, de Londres, ela conquistou o apoio moral da *Associação Alemã de Trabalhadores em Geral*, da 5ª Jornada de *Associações Alemãs de Trabalhadores* e, depois, também do *Partido Trabalhista Social-Democrático da Alemanha*, fundado em 1869. Logrou, assim a Internacional transformar-se na representante da quase totalidade das organizações independentes do movimento trabalhista na Europa e leva-las todas a se darem as mãos numa ampla cooperação e a discutirem seus objetivos e estratégias. Dessa forma deu ela aos trabalhadores dos países, em que, em 1864, ainda não existiam os inícios de organizações trabalhistas independentes, a motivação para se separarem do liberalismo burguês.

Na Conferência interna em Londres, de 1865, se havia evidenciado o antagonismo entre as conceituações de Marx e as dos representantes proudhonistas da delegação francesa, antagonismo que se acentuou ineludivelmente no primeiro Congresso público da Internacional de 1866, em Genebra. Daí por diante todos os congressos da Internacional passaram a se caracterizar pelo fato de que nas delegações dos países que estavam industrialmente muito desenvolvidos predominavam as conceituações de Marx defendidas pela maioria dos membros do Conselho Geral, com o apoio, sobretudo, dos sindicatos ingleses, enquanto nas delegações dos países essencialmente agrários (então a Itália e a Espanha e, inicialmente, ainda a França) ou representativas de regiões caracterizadas pela pequena empresa artesanal (à época a Suíça francesa) até a comuna parisiense (1871) predominavam conceitos proudhonísticos e, mais tarde, bakunísticos. Esse antagonismo subsiste, na medida em que suas bases sociais ainda existem,

até os dias que correm, como o demonstra a forte posição da *Federação Anarquista Ibérica* (FAI) e da CNT⁵⁰ sindical no movimento espanhol de resistência contra Franco.

No Congresso genebrino de 1866 logrou impor-se, contra os seguidores de Proudhon, o reconhecimento do movimento sindicalista e de sua arma mais importante, a greve. Ali foi rejeitada a proposição dos proudhonistas de só admitir trabalhadores braçais como membros do Conselho Geral; sua aprovação teria levado à renúncia de Marx. Finalmente o Congresso se expressou claramente a favor da proposta de Marx, de exigir medidas sócio-políticas por parte do Estado existente a favor de mulheres e crianças e em prol da limitação da jornada de trabalho a oito horas. Os proudhonistas eram contra qualquer

Página 38

interferência do Estado em matéria de regulamentação das condições contratuais de trabalho, porque achavam que isso iria estabilizar o Estado e pôr em perigo a liberdade social. Como argumento contra isso assinalou Marx que medidas em prol da proteção dos trabalhadores só poderiam ser impostas "mediante a transformação da racionalidade social em poder político"; "nas circunstâncias vigentes não se trata de qualquer outro método, exceto ... leis gerais, impostas pelo poder do Estado ... Impondo tais leis, a classe trabalhista não consolida o poder governante. Ao contrário, transforma esse poder, que agora é empregado contra ela, em seu próprio agente. Mediante atos gerais logra o que mediante uma série de empenhos individuais isolados seriam apenas tentativas inúteis". É verdade que a delegação francesa conseguiu ressonância para algumas de suas ressalvas, o que, no entanto, em nada alterou a significação básica das resoluções de Genebra. Os sindicatos - e não cooperativas de produção criadas com a ajuda estatal - é que daí por diante passaram a ser considerados como "a alavanca para a abolição do sistema da servidão assalariada e do próprio domínio capitalista".

As divergências entre a maioria do Conselho Geral influenciada por Marx e os adeptos franceses de Proudhon se repetiram no Congresso de Lausanne, de 1867, onde o pomo da discórdia foi o papel que cabe à luta política da classe trabalhadora. Esse papel era negado pelos proudhonistas, que faziam abstração do poder do Estado, querendo, assim, alijá-lo da evolução social. Apesar da comunhão de opiniões quanto à necessidade de socializar aqueles setores econômicos que tinham cunho monopolístico, preliminarmente as estradas de ferro, era grande a divergência quanto à forma de executar essa socialização. Seria possível concretizá-la de forma outra a não ser mediante a interveniência do poder do Estado? Seria viável o funcionamento de empresas grandes como propriedade de pequenas cooperativas descentralizadas, como o queria Proudhon? Seria viável conservar, de forma permanente, a propriedade privada dos pequenos camponeses em meio ao moderno desenvolvimento técnico ou seria inexorável - como o queria o belga César de Paepe - a transferência da terra à propriedade comum? Qual deveria ser a atitude da

Associação Internacional de Trabalhadores face à Liga Internacional-européia em prol da liberdade e da paz, dos democratas, burgueses radicais? Deveria o movimento trabalhista empenhar-se a favor de um sistema escolar obrigatório estatal e, onde isso funcionasse, em prol da democratização do mesmo? Todas essas questões foram resolvidas, ou mediante acordo de ajustes ou mediante adiamento; evidenciava-se uma aproximação dos franceses no sentido das posições adotadas pela maioria dos componentes do Conselho Geral, porém em muitos pontos os contrastes persistiram sob a superfície. Só no Congresso de Bruxelas, de 1868, é que houve uma clara definição - contra a oposição dos delegados franceses - a favor da socialização dos meios de produção por imposição do poder

Página 39

público. Por outra parte, esperava o Congresso poder evitar uma exacerbação do conflito entre a França e a Alemanha à guerra mediante a "greve dos povos" contra os governos; isso se viu logo que era uma ilusão.

O Congresso de Basiléia, da *Associação Internacional de Trabalhadores*, pôs fim, em 1869, aos debates sobre as conceituações de Proudhon: a resolução em prol da propriedade comum da terra e do solo foi aprovada por 54 votos favoráveis contra apenas 4 votos discordantes. Mas Já se anunciavam as divergências que viriam pôr fim à *Primeira Internacional*. Compareceu a Basiléia como delegado de Lyon o revolucionário russo Michael Bakunin. Tinha ele pouca simpatia por uma luta sindical diária, tenaz e sistemática, ajustada às condições cambiantes, em matéria de salário e horário de trabalho e em prol da luta política, visando a ampliação dos direitos democráticos e da legislação social, tal como a levavam a cabo os trabalhadores dos países industrialmente adiantados. Suas idéias correspondiam à situação dos trabalhadores nos países industrialmente menos desenvolvidos; o novo conflito teve sua primeira expressão na discussão sobre o direito de herança. Não menos importante revelou-se o fato de que em Basiléia o comparecimento do *Partido Social-Democrático de Trabalhadores da Alemanha* foi a primeira apresentação de um partido trabalhista de caráter nacional. Abriu-se assim uma nova fase do movimento trabalhista europeu, movimento este que, como se veria prontamente, foi cunhado pelos partidos trabalhistas nacionais emergentes.

A irrupção da guerra entre a França e a Alemanha um ano mais tarde demonstrou que as resoluções tomadas em Basiléia não correspondiam à real situação; foi sem maiores dificuldades que os governos de ambos os países em litígio conseguiram convencer os seus povos de que aquela era uma guerra defensiva. Ficaram sozinhos os prosélitos da Internacional. O Conselho Geral, em Londres, analisara a situação do ponto de vista democrático-revolucionário, mas não sob o prisma das idéias pacifistas. Em suas alocações aos trabalhadores dos países em guerra o Conselho expressou a opinião de que, primeiramente, era encargo dos trabalhadores franceses derrubar Napoleão III, mas que depois então caberia aos trabalhadores alemães impedir a continuação da guerra, que já agora não mais era para defender a Alemanha, mas para aumentar o poder da Prússia: "Se a classe trabalhadora alemã permitir que a guerra atual se despoje de seu caráter estritamente defensivo,

tanto a vitória como a derrota serão igualmente desastrosas." Os delegados do *Partido Social Democrático de Trabalhadores* na Câmara de Deputados da Alemanha do Norte, Wilhelm Liebknecht e August Bebel, por isso mesmo se abstiveram da votação das verbas para a guerra, enquanto os seguidores de Ferdinand Lassalle votaram a favor.

Depois de a capitulação de Sedan ter levado à proclamação da Terceira República na França, a Comissão Central de Brunsvique, do

Página 40

Partido Social-Democrático de Trabalhadores da Alemanha conclamou a demonstrações em prol de uma paz honrosa com a República francesa, declarando: "Em nome do Partido Social-Democrático alemão expressamos, pelo presente, o nosso protesto contra a anexação da Alsácia-Lotríngia e sabemos que estão conosco os trabalhadores alemães. No interesse comum da França e da Alemanha, no interesse da paz e da Liberdade, no interesse da civilização ocidental contra a barbárie cossaca, os trabalhadores alemães não permitirão a anexação da Alsácia-Lotríngia. Vamos cerrar fileiras com os nossos irmãos trabalhadores de todos os países nas lutas em prol da causa comum!"

Os membros da Comissão Central foram imediatamente presos e acusados de alta traição: a histeria "nacional" que tomou conta da burguesia na Alemanha assumiu tal proporção que conseguiu arrastar consigo a maioria dos operários alemães. Mas agora os adeptos tanto de Eisenach como de Lassalle passaram a votar conjuntamente no Reichstag⁵¹ da Alemanha do Norte contra as verbas para a guerra, exigindo a desistência de qualquer anexação, tal como deles o esperava a federação parisiense da *Associação Internacional de Trabalhadores*.

A segunda proclamação do conselho Geral de Londres era dirigido, aos operários franceses, dizendo-lhes que seria uma tolice querer derrubar o governo reacionário-burguês de transição da nova Terceira República num momento em que as tropas alemães estavam às portas de Paris. Antes, tornava-se agora necessária a organização do operariado à luz das novas condições. Os membros franceses da Internacional acataram esse conselho até a capitulação do governo burguês ante as forças alemães.

No acordo de trégua o Governo francês se havia comprometido com os vencedores à capitulação e ao desarmamento de Paris, que era defendida por uma milícia constituída de trabalhadores e pequenos burgueses, pertencentes à Guarda Nacional, bem como a realizar eleições para a Assembléia Nacional. Os camponeses e a burguesia queriam a paz a qualquer preço. Mais do que dos prussianos, tinham eles medo dos pequenos burgueses democrático-radicalis da metrópole, que, fiéis à sua tradição jacobinística, queriam repetir a guerra revolucionária de 1793 para salvar a França, bem como dos trabalhadores parisienses, que os seguiam nisso - sob a direção em parte dos seguidores de Blanqui, em parte da Internacional. A Assembléia Nacional, onde os adeptos das duas casas reais escoraçadas em 1830 e em 1848 conjuntamente tinham a maioria, e o Governo francês com Thiers à frente se

reuniram em sessão, primeiramente em Bordeaux, a seguir em Versalhes. Pretendia o Governo desarmar agora de vez a Guarda Nacional parisiense. A primeira tentativa, no entanto, fracassou; os operários de Paris, sob a liderança de Varlin, vieram em socorro das

Página 41

Guardas Nacionais. Os órgãos administrativos do Governo se viram forçados a abandonar a capital e a população de Paris acabou elegendo sua própria representação municipal, as comunas. As comunas englobavam em suas mãos o poder legislativo e o executivo; os representantes populares podiam, a qualquer momento, ter os seus mandatos cassados pelos seus eleitores. Na comuna cooperavam jacobinos burgueses, blanquistas, adeptos da Internacional, proudhonistas e outros socialistas; os seguidores da Internacional perfaziam apenas uma pequena minoria. Foram realizadas algumas reformas democráticas e sociais (separação do Estado e da Igreja, "tetos" para aluguéis, proibição de trabalho noturno), mas nenhuma reforma socialista de fundo. Nem por isso essa autocontinência chegou a apaziguar o ódio da burguesia. Os exércitos aprisionados de Napoleão III foram subordinados por Bismarck ao Governo Thiers e no dia 21 de maio de 1871 começaram a atacar Paris. Após acirrada contradefesa da Guarda Nacional e dos operários, as tropas do governo tomaram a cidade ao cabo de uma semana. Não dá para determinar exatamente o número dos assassinados e dos deportados; os próprios vencedores falavam de 14000 comunistas mortos ou executados, de mais de 5000, operários deportados e de outros 5000 operários que os tribunais de guerra condenaram a penas privativas da liberdade. Pela segunda vez, pois, no decurso de duas décadas e meia o movimento trabalhista francês perdia os seus membros mais ativos.

Os dois partidos trabalhistas alemães só haviam conseguido organizar uma minoria da sua classe. Eram fracos demais para impedir que o seu governo, através da conquista de duas províncias francesas, transformasse o antagonismo nacional entre os países líderes no continente durante 3/4 de século no ponto nevrálgico do desenvolvimento europeu e forçar a França burguesa à aliança com o Czar. Com isso puderam as classes dominantes da Alemanha sacrificar os reais interesses da população a um pseudo-êxtase "nacional" e a seus próprios interesses materiais bem arraigados.

Mesmo antes da época das Comunas parisienses, a imprensa burguesa da Europa havia tentado difamar a *Associação Internacional de Trabalhadores*. Na Áustria, por exemplo, o ambiente assim manipulado condicionou a condenação a pesadas penas, como culpados de alta traição, de vários líderes das organizações trabalhistas, por terem revelado simpatia pela Internacional, entre outros Andreas Scheu e Heinrich Oberwinder. Agora, depois dos acontecimentos em Paris, a "opinião pública" burguesa parecia reagir com especial violência: para justificar os massacres em Paris, a Comuna, sem qualquer respeito à verdade histórica, era taxada como produto de uma conspiração do Conselho Geral da Internacional. O Governo francês conseguiu fazer passar uma lei de exceção contra a *Associação Internacional de Trabalhadores* e tentou ainda induzir os outros países europeus a lhe

entregarem ou a perseguirem os adeptos das Comunas emigrados. Os governos

Página 42

do "Reich" alemão e da monarquia dos Habsburgos pretendiam convocar uma conferência dos países europeus para combater a Internacional. O primeiro impulso para isso foi dado pelo Governo espanhol, através de uma nota circular depois que o Papa Pio IX havia censurado o Governo suíço: "Ele tolera aquela seita da Internacional que quer tratar a Europa toda como tratou Paris. É preciso temer essa gente da Internacional, pois trabalha por conta dos eternos inimigos de Deus e da humanidade". Ainda em 1879 a Encíclica "Quod apostolici muneris" de Leão XIII mantinha essa mesma opinião a respeito da Internacional e do socialismo. Deve-se ao Governo inglês haver impedido, graças à sua perseverança de obedecer a princípios do Estado legalístico, que uma inquisição anti-socialista viesse a unir a Europa.

Entretantes já se havia iniciado no seio da própria Internacional a disputa entre os ex-membros da *Aliança Internacional da Democracia Socialista* de Bakunin e o Conselho Geral ainda encabeçado por Karl Marx, disputa que teria como consequência a derrocada da *Associação Internacional de Trabalhadores*. O fim das lutas em Paris destruiu qualquer esperança fundada de uma nova onda de revoluções democráticas na Europa. Nada mais do que uma consequência dessa situação foi a resolução da conferência de Londres da Internacional em 1871, que exigia a fundação de partidos trabalhistas legais nos diversos países europeus como premissa de uma revolução socialista. Isso era Inaceitável para os adeptos de Bakunin e de Blanqui; ambos os grupos continuavam a pensar em termos do período pré-industrial europeu, que já era coisa do passado. A resolução, contudo, tampouco atendia aos anseios do movimento sindical inglês, que, conforme o demonstraram as eleições de 1868, ainda estava ideologicamente fraco demais para ter capacidade de atuar politicamente. Esse movimento depositava suas esperanças numa aliança com a ala democrático-radical dos liberais, para assim aproveitar melhor o número de seus votos em prol da melhoria da condição social dos trabalhadores. Karl Marx e o Conselho Geral da Internacional não puderam deixar de cair no isolamento, o que foi bem revelado pelo Congresso de 1872, em Haia. Apesar de Marx e o Conselho Geral ainda terem podido registrar uma vitória na votação, perderam de vez os votos dos delegados ingleses. Em consequência houve a transferência da sede do Conselho Geral para os Estados Unidos, chegando assim a seu fim - formalizado em 1876 - a *Associação Internacional de Trabalhadores*.

A oposição "anti-autoritária" dos seguidores de Bakunin, que, logo depois da derrota sofrida na votação realizada no Congresso de Haia se constituiu na Suíça como representação - de acordo com a sua opinião, única legítima representação - da Internacional, logrou, graças à sua organização frouxa, conquistar para si, além de anarquistas italianos e espanhóis, temporariamente também grupos trabalhistas Belgas e os seguidores alemães de Lassalle. Convocado por ela, em Genebra, o Congresso Mundial de Socialistas de 1877, a ele compareceram

os partidos trabalhistas que entrementes haviam sido criados nos países europeus. Nesse Congresso bifurcaram-se definitivamente os caminhos da Internacional anarquista, que fora da península ibérica não mais representava qualquer movimento de massas, e dos demais socialistas. Proclamando nada mais do que a solidariedade internacional, não mais pôde cristalizar-se qualquer organização comum.

O Congresso de Haia encerrou uma fase evolutiva do movimento trabalhista europeu, fase que se desenvolvera sob o signo da *Associação Internacional de Trabalhadores*, a primeira Internacional, e que criara as condições da fase que se lhe seguiria: o advento de partidos trabalhistas nacionais nos países europeus, sua união no seio da Segunda Internacional e a ascensão dos sindicatos também no continente. Em sua declaração em Genebra sobre a questão sindical, de 1866, e pela decisão londrina de 1871 quanto às incumbências dos partidos trabalhistas, acabou a Internacional formulando a estratégia do movimento trabalhista na Europa para o futuro próximo.

3. A expansão dos partidos trabalhistas nacionais e dos sindicatos no continente europeu

Quando a decisão de 1871 da Associação Internacional de Trabalhadores recomendou aos trabalhadores dos países industrializados a constituição de partidos trabalhistas nacionais, já existiam dois pontos de partida para essa nova forma combativa do movimento operário na Alemanha. Já a Lei sobre Serviços, da Confederação do Norte da Alemanha, havia concedido, em 1869, aos trabalhadores o mais importante pré-requisito para o desenvolvimento do movimento sindical, o direito de associação. Os dois partidos trabalhistas alemães - a União Geral de Trabalhadores Alemães(1), fundada por Lassalle, e o Partido Trabalhista Social-Democrático (2), liderado por August Bebel e Wilhelm Liebknecht - alcançavam apenas uma fração da classe de trabalhadores alemães, em amplo incremento com a onda de industrialização da época. Nas eleições para o Parlamento (Reichstag) de 1874, cada um dos partidos adversários só chegou a obter cerca de 3% dos votos entregues. Só depois da unificação de 1875, em Gotha, é que aumentou a influência do partido socialista de trabalhadores: nas eleições parlamentares de 1871 os votos por eles obtidos já chegaram a 9%. A Lei dos Socialistas do ano seguinte, embora pudesse proibir o Partido, não conseguiu destruí-lo. Após uma crise de reorganização bem curta, seu prestígio continuou crescendo de uma eleição a outra; mesmo durante a perseguição que sofreu, a solidariedade organizacional se conservou. Logo foram contornados as tentativas de adaptação por parte de alguns poucos intelectuais e de alguns ex-líderes lassallistas. O partido se identificou sobre a base de um raciocínio marxista simplificado. A política do partido era apresentada no órgão central

(1) Allgemeiner Deutsche Arbeiterverein

(2) Sozialdemokratische Arbeiterpartei

do partido. Der Sozialdemokrat (O social-democrata), clandestinamente distribuído e redigido por Eduard Bernstein, e pelo Neue Zeit (Novos Tempos). legalmente publicado por Karl Kautsky. O fato de ser o único partido a defender a igualdade de direitos da mulher, mesmo em matéria de direito eleitoral, o tornava simpático às minorias críticas das camadas intelectualizadas. Para atenuar a crescente influência da social-democracia, o Governo do Reich introduziu certas medidas sócio-políticas nos anos que se seguiram à Mensagem Imperial de 1881. Instituiu-se o seguro-invalidez, o seguro-acidentes e o seguro-doença, sem que, contudo, o efeito pretendido se fizesse sentir. Embora as organizações sindicais ficassem algo tolhidas pela legislação de exceção, a sua posição mesmo assim se consolidou depois da espontânea greve maciça dos mineiros em 1889. Assim, pois, fracassou a legislação de exceção dirigida contra o movimento trabalhista na Alemanha imperial; a lei socialista por conseguinte não foi renovada em 1890.

A social-democracia alemã havia demonstrado que, mediante a sua estratégia de organizar e instruir os representantes dos trabalhadores, geralmente oriundos dos quadros de operários especializados, e mais com a ajuda de intelectuais socialistas, tinha força suficiente para forçar o governo a consideráveis concessões sócio-políticas. Isso lhe possibilitou melhorar globalmente, em tempos de conjuntura favorável, a condição e o padrão de vida das classes trabalhadoras e estabilizá-los em épocas de crise. Esse êxito só se tornou possível, porque o partido, de um lado, se mostrou fiel à sua meta da democracia política e da sociedade econômica socialista, bem como da transferência gradativa dos principais meios de produção ao patrimônio da coletividade. De outro lado, aproveitava, coerentemente, todas as chances legais de luta, tendo aprendido a resistir a qualquer tentação de realizar atos de violência e a utilizar o Parlamento como tribuna das discussões políticas, as eleições políticas como medida de sua influência, as lutas eleitorais como meio de propaganda. Assegurava, assim, a possibilidade de uma atuação legal às organizações sindicais, ao contrário das associações sindicais liberais de Hirsch-Duncker, que tinham a greve como recurso principal na luta de classes. Em 1891 o partido formulou essa conceituação sua no programa de Erfurt; a organização conspiratória se transformou então num partido de massas.

Os sindicatos livres (socialistas) haviam reconhecido as desvantagens de sua divisão em inúmeras agremiações profissionais locais por ocasião da repulsa conjunta contra o "lock-out" dos empregadores de Hamburgo contra o direito de associação e contra as demonstrações de maio do ano de 1890. Após o congresso sindical de 1892, em Halberstadt, criaram, por isso, o sistema das federações centrais estruturadas segundo o princípio das profissões, federações estas congregadas numa Comissão central. A oposição relativamente débil dos "localis-

tas" tem seu paralelo sindical na oposição da ala dos "jovens" no SPD (Sozial demokratishe) (Partido Social-Democrático). Esses "localistas" representavam

os grupos que não compreendiam nem participavam da transição da semilegalidade sob a égide da lei socialista para a luta legal e aberta, e não apreciaram nem experimentaram a necessidade de congregar grande parte do operariado, tornando-se o germe do anarcosindicalismo quase desprovido de qualquer influência na Alemanha.

Os sindicatos cresciam rapidamente. Se em 1892 contavam apenas com 300 mil associados, já em 1899, incluindo os fracos sindicatos cristãos, tinham 600 mil e em 1913 2,5 milhões. Em sua maior parte os seus membros credenciados honorários atuavam simultaneamente dentro do SPD. Em torno dessas duas organizações se agrupavam inúmeras agremiações culturais e desportivas de trabalhadores e também cooperativas. Com isso se criaram condições que permitiram aumentar o nível salarial ao menos dos trabalhadores sindicalizados, apesar de alguns reveses durante as crises econômicas. Os acordos coletivos entre sindicatos e empregadores começaram a ter importância sempre crescente a partir do final do século passado. As organizações concorrentes incentivadas pelas autoridades públicas, os sindicatos nacionais-cristãos, só lograram expressão como organizações de massas em zonas residenciais católicas fechadas e no Siegerland pietista. Para conservar a sua viabilidade, também esses tiveram que adotar a arma da greve, apesar de certa resistência no começo. Os êxitos assim registrados transformaram o partido trabalhista alemão e os sindicatos a ele ligados em modelo para o movimento de trabalhadores dos demais países do continente europeu.

O advento da social-democracia austríaca experimentou evolução semelhante à da Alemanha, apesar de sua forma mais contraditória e de reveses mais decisivos. Em 1869 as demonstrações de dezembro, em Viena, haviam imposto a aprovação do direito de associação. Em 1872 a social-democracia se estruturou em forma de partido, que se expandiu depressa naquele país de múltipla composição populacional. A estrutura nacional múltipla do Estado austríaco multiplicou também os problemas da social-democracia ali. Acrescia-se a circunstância de que os elementos dos grupos nacionais eslavos, sobretudo os tchecos e croatas, ainda eram olhados pelo operariado germanófono à luz do papel contra-revolucionário que haviam desempenhado nos anos de 1848/49. A fórmula de vago conteúdo quanto ao direito de autodeterminação dos povos, adotada pelo partido austríaco, ainda conseguiu em 1872 encobrir as diferenças entre as diversas nacionalidades. O que não dava para encobrir, contudo, eram os antagonismos entre os "moderados", sob Heinrich Oberwinder, e os "radicais", sob Andreas Scheu, entre a estratégia da luta reformista levada a efeito juntamente

Página 48

com a burguesia liberal contra a classe superior burocrático-feudal e a luta de classes consubstanciada de forma absolutamente autônoma. Em 1874 os líderes de ambas as facções emigraram. Os trabalhadores vienenses, a partir de 1881, foram adotando, sob a liderança de Joseph Peukert, métodos de luta cada vez mais anarquistas, métodos estes que minaram a sua unidade e aniquilaram a influência socialista sobre o movimento trabalhista austríaco. Ao

contrário, porém, foi bem mais contínua a evolução nos centros industrializados da Boêmia e Morávia.

Só na virada dos anos 1888/89 é que Viktor Adler conseguiu, na Convenção do Partido em Hainfeld, eliminar o esfacelamento à base de uma declaração marxista de princípios, aceitável para todos os grupos; daí por diante começou a aumentar o número de afiliados e adeptos da social-democracia austríaca. Em novembro de 1905 teve lugar a grande greve-demonstração em prol do direito de voto, sem a qual a reforma do direito eleitoral de 1907 jamais teria sido possível. A distribuição do trabalho entre partido, sindicatos e cooperativas, bem como a estrutura das demais agremiações trabalhistas, correspondia ao modelo alemão.

Na outra metade da monarquia dupla, na Hungria, inicialmente os primórdios da industrialização se limitaram a Budapeste. Os pequenos grupos socialistas e democrático-revolucionários ficaram longo tempo em isolamento, mantendo-se inquebrantado o poderio dos latifundiários feudais. Em 1880 congregaram-se os sindicatos e adotaram um programa socialista. Só em 1890 é que se constituiu um partido socialista, a exemplo do modelo austríaco de partido.

Só bem mais tarde o movimento trabalhista francês se refez das conseqüências da derrota das comunas. A crise econômica de 1873/74, que havia acelerado a ascensão da social-democracia alemã na França deixou de favorecer os inícios organizacionais das federações socialistas. Os principais líderes trabalhistas haviam sido assassinados ou aprisionados, ou tiveram que emigrar. Só depois da anistia que beneficiou os comunistas é que a crise seguinte, de 1879, possibilitou a reconstituição do movimento trabalhista francês. Em torno, de Jules Guesde criou-se naquele mesmo ano, em Marselha, a Fédération du Parti des Travailleurs Socialistes (Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas), que, já no ano seguinte, adotou um programa elaborado por Guesde e Paul Lafargue e redigido por Karl Marx. Em matéria de conteúdo esse programa se antecipou, em grande parte, ao programa de Hainfeld e de Erfurt, respectivamente dos social-democratas austríacos e alemães. Já em 1882, no entanto, o Jovem partido sofreu uma cisão. Os possibilistas sob Paul Brousse - dos quais alguns anos mais tarde ainda viriam a separar-se os adeptos de Jean Allemane - queriam seguir uma política sistemática de coligação

Página 49

eleitoral com os democratas burgueses e aspiravam a uma federalização comunal da França. Esperavam que, desta forma, sem tomar o poder, se poderiam concretizar, gradativamente e mediante reformas evolutivas, os seus objetivos socialistas. Não demorou muito e também os adeptos de Blanqui se reorganizaram num partido autônomo sob a liderança de Vaillant. Esse fracionamento em parte foi conseqüência da situação política interna do primeiro período da Terceira República, cujo direito constitucional só se manteve inalterado durante muitos anos, porque os dois grandes grupos monarquistas não conseguiam chegar a acordo quanto a quem fazer monarca. Apesar desse caos organizacional, a influência do movimento trabalhista aumentou incessantemente. Em 1884 foi revogada a proibição de associação do Code Civil (Código Civil), e apenas dois anos mais tarde sob o estímulo do

Parti Ouvrier Français (Partido Operário Francês), de Guesde, surgiu a Fédération National des Syndicats (Federação Nacional de Sindicatos). Mais uma vez também ali, na França, logo se fizeram sentir fortes antagonismos no seio do movimento sindical entre a minoria socialista-marxista, que, a exemplo do modelo alemão, pretendia combinar a atuação parlamentar do partido com as atividades sindicalistas, e a maioria sindicalista, que fazia todas as suas esperanças repousarem na action directe (Ação Direta), na greve generalizada elevada a foros de mito, bem como uma outra minoria proudhonístico-ortodoxa, antipolítica por princípio. Apesar do crescente alheamento entre o partido socialista e os sindicatos, foi possível melhorar o padrão de vida do proletariado industrial também na França. A sua proteção mediante uma legislação social do Estado, porém, só progrediu lentamente: em 1894 foi instituída uma ampla legislação social no campo da mineração, a que em 1898 se seguiu a promulgação de uma lei de proteção contra acidentes no trabalho.

Na Itália a industrialização se processou muito vagarosamente. A tradição da revolução democrática nacional não deixara de influir sobre os primórdios do movimento trabalhista italiano. Suas simpatias tendiam mais à conspiração e ao golpe do que a uma luta sistemática e legal no campo político e sindical. Em 1872 era tão grande a dependência da federação italiana da Associação Internacional de Trabalhadores, dos adeptos de Bakunin, que nem chegou a participar do Congresso de Haia da Internacional; filiou-se à Internacional "antiautoritária" de Bakunin. Durante a crise econômica de 1873/74, tentou golpes em Bolonha e noutras metrópoles, sem, contudo, lograr atrair para suas fileiras quaisquer parcelas expressivas da população proletária ou plebéia. Em 1877 essa tentativa foi repetida, sob a liderança de

Página 50

Caliero e Malatesta, na aldeia sul-italiana de Letino, o que proporcionou ao governo um motivo benvindo para intervir, não só contra os anarquistas, mas igualmente contra os antagonistas socialistas-legalistas dos mesmos. Ainda levou muitos anos até que, após uma industrialização mais acentuada do Norte da Itália, depois da tentativa da fundação de um pequeno partido social-reformista e após o aparecimento da revista teórica dos socialistas italianos, La Critica Sociale (A Crítica Social) se constituísse finalmente em 1892 o partido que veio a se denominar O Partito Socialista Italiano (Partido Socialista Italiano). Rebeliões de agricultores, combinadas com uma greve dos trabalhadores das minas de enxofre da Sicília, levaram em 1894 a uma emulação italiana da legislação social alemã, cujos efeitos corresponderam exatamente àqueles havidos também no modelo: um ato de violência da política contra os grevistas na Sicília deflagrou uma greve-monstro na Itália do Norte, liderada pela ala esquerdista do partido e dos sindicatos, sob a direção de Arturo Labriola. Isso forçou o Governo Giolitti a prometer que na hipótese de greves futuras desistiria de empregar a força militar.

Na Espanha os primórdios do movimento trabalhista enfrentaram problemas similares, só que ali a industrialização ainda demorou mais a chegar do que na Itália. Por isso mesmo a influência anarquista ali foi maior. O antagonismo entre a FAI anarquista e a CNT anarcosindicalista, esta congregando preponderantemente trabalhadores rurais e operários não qualificados, de um

lado e, a UGT, composta dos mineiros da Astúria e de operários industriais qualificados, de outro, prossegue até os dias de hoje no seio da oposição ilegal contra o regime de Franco. Ladeando a UGT estava o Partido Socialista, fundado em 1879 por Pablo Iglesias. As disputas, condicionadas pelo desenlace da revolução burguesa de 1868, haviam reforçado a aversão de grandes parcelas da classe operária espanhola contra todas as formas de luta legais e, sobretudo, parlamentares. A repressão das minorias bascas e catalãs por parte do Governo de Madri fomentou as tendências federalistas no seio das organizações trabalhistas. A posição social quase medieval e a atitude mental dos bispos católicos e dos conventos e o extenso patrimônio imobiliário da Igreja suscitaram um rude, por vezes violento, anticlericalismo como condição sine-qua-non de liberdade intelectual. Por essas razões é a Espanha o único país europeu em que até o presente pôde subsistir um movimento anarquista de massas.

Durante a mesma época o movimento trabalhista começou também a desabrochar nos países europeus menores. A Bélgica experimentou cedo a industrialização. Inicialmente a Bélgica foi zona de influência dos conceitos bakunistas e blanquistas, que tiveram eco sobretudo entre os trabalhadores valões, enquanto a social-

Página 51

democracia alemã servia de modelo na zona flamenga. As duas tendências se uniram em 1884. Durante a crise econômica da penúltima década do século XIX ocorreu a grande greve de 1886, que mobilizou os trabalhadores valões em prol da imposição do direito generalizado de voto. Essa greve foi sufocada pelo Exército, após o que os grupos blanquistas voltaram a se separar do Partido, tentando em 1888 a repetição da greve. Em 1889 finalmente foi reconstituída de forma definitiva a unidade do movimento político das cooperativas e dos sindicatos - todos unidos federativamente no Partido. Em 1892 mais uma vez houve a conclamação à greve geral em prol do direito generalizado de voto. Só uma terceira greve geral, no entanto, conseguiu aumentar pelo menos o número daqueles com direito de votar para o Parlamento; as classes superiores continuavam a dominar no Senado e gozavam do privilégio da pluralidade de votos. Apesar disso, no entanto, as greves de 1886, 1892 e 1893 não deixaram de surtir efeito, trazendo as primeiras conquistas em matéria social. A partir de 1894 o partido trabalhista belga, sob a liderança de Emil Vandervelde e Edouard Anseele contava com uma expressiva bancada no Parlamento.

Também na Holanda se confirmou mais uma vez a lição geral desse período de que só a intervenção governamental no campo social e um movimento trabalhista sindical e político forte é que podem garantir a situação econômica dos trabalhadores contra os embates conjunturais e de que essas intervenções governamentais resultam da atuação do operariado. A primeira onda do movimento trabalhista holandês desapareceu com a derrota das comunas parisienses. Nova tentativa foi a constituição da Liga Socialista, em 1881, pelo socialista cristão e ex-padre Domela Nieuwenhuis. Apesar da lei eleitoral não-democrática, ele em 1888 entrou para o Parlamento. Em 1889 finalmente o Parlamento tratou do problema das intervenções sociais em matéria de

relações de trabalho e de previdência social, cuja solução (provisória) ainda se protelou por mais dez anos. As experiências colhidas fizeram de Nieuwenhuis um adepto da *action directe* e adversário de qualquer trabalho parlamentar. Em 1894 foi fundada, afinal sob a liderança de P. J. Troelstra e H. van Kol, um partido social-democrático, cuja orientação seguia o SPD da Alemanha e que adquiriu rapidamente expressão.

Nos países nórdicos, os primeiros sinais de um movimento trabalhista autônomo surgiram na Dinamarca. A greve dos trabalhadores na construção civil de 1871 havia terminado com prisões em massa e uma lei de exceção contra a Associação Internacional de Trabalhadores. Um ressurgimento desses primeiros sinais foi frustrado pela polícia política: mediante pagamentos em dinheiro os líderes trabalhistas foram levados a emigrar. Em 1880, porém, afinal se logrou reunir num só partido as agremiações trabalhistas sindicais e políticas que haviam surgido a nível local como resultado da progressiva industrialização do país. Em 1889 esse partido já contava com 20.000 afiliados.

Página 52

Para a Suécia as idéias do movimento trabalhista foram levadas por August Palm, que estivera na Alemanha como aprendiz, e se espalharam, sobretudo, no seio dos trabalhadores madeireiros. Hjalmar Branting se juntou a Palm e em 1889 fundou-se um partido trabalhista social-democrático, a exemplo do partido dinamarquês, englobando também as organizações sindicais. Só em 1898 é que se deu a criação de uma confederação sindical autônoma.

Na Noruega o movimento trabalhista esteve aliado ao movimento democrático-plebeu de 1848. Em 1883 fundou-se a confederação sindical e em 1887 o partido trabalhista. O movimento trabalhista desse país - que então ainda estava ligado à Suécia em união pessoal adotou, na ocasião, as idéias marxistas da social-democracia alemã.

Na Suíça a influência inicial de Bakunin logo retrocedeu nos cantões românicos; essa influência não se correlacionava, numa base permanente, com o clima político de um país em que imperava a democracia pequeno-burguesa, que havia imposto a institucionalização permanente de uma vida constitucional democrática. Sob a liderança de Hermann Greulich os sindicatos se reuniram em 1873, constituindo o Schweizer Arbeiterbund (Confederação Suíça de Trabalhadores); em 1878 também aderiu às reivindicações reformistas-socialistas o Grütli-Verein (Prêmio Grütli), que era uma organização burguesa radical, fundada em 1838, para prestar ajuda a doentes e para a educação dos trabalhadores. A Confederação de Trabalhadores depois se uniu ao partido social-democrático fundado em 1888, que adotou preponderantemente o pensamento marxista dos demais países europeus. A democracia burguesa em funcionamento na Suíça e a forte posição social das camadas médias pequeno-burguesas e de agricultores, no entanto, jamais deixaram de ter grande influência sobre a ideologia do movimento trabalhista nesse país.

Condições muito mais difíceis eram as que os trabalhadores poloneses tiveram que enfrentar para criar as suas organizações. Ao passo que as camadas superiores desse país dividido entre a Prússia, a Rússia e a Áustria, após a derrota da rebelião de 1863, haviam desistido da idéia de uma

independência nacional para o seu país, o jovem movimento trabalhista, sobretudo na zona russa da Polônia, se ligou intimamente a essa tradição democrático-revolucionária. Uma primeira tentativa, em 1882, no sentido de estruturar centralizadamente as organizações secretas terminou numa catástrofe conspiratória e prisões em massa. Em 1892 fundou-se em Paris a PPS (Polska Partia Socjalistyczna) (Partido Socialista Polonês), que conseguiu realizar, em 1894, em Varsóvia, a sua primeira Convenção. Sob a liderança de Joseph Pilsudski visava a constituição de um país polonês soberano e democrático, aliando essa meta nacional à defesa dos interesses dos trabalhadores e aos propósitos do movi-

Página 53

mento internacional de trabalhadores. Os trabalhadores de fala Jiddisch em 1897 se congregaram na Bund (Federação), que se considerava como um ramo do movimento socialista-revolucionário da Rússia e que em 1898 tomou parte no Congresso de fundação do Partido Trabalhista Social-Democrático russo. Em 1895 uniram-se na social-democracia da Polônia russa os intelectuais poloneses marxistas e os operários por eles influenciados, visando a constituição de uma república federativa russa democrático-socialista, no seio da qual gozariam de autonomia todos os povos constituintes do país, inclusive os poloneses; ela deu origem, em 1900, a social-democracia da Polônia e da Lituânia sob a liderança de Leo Jogiches e de sua pupila Rosa Luxemburg.

Da mesma forma que a Bund, ela se considerava como uma parcela do jovem movimento trabalhista do país czarista, cuja industrialização apenas então se iniciava. No entanto, nem a tradução do Manifesto Comunista por Alexander Herzen, nem a do primeiro volume de "O Capital" por Nikolai Danielson em 1872, lograram alterar inicialmente as idéias dos narodniki, que faziam repousar as suas esperanças em métodos terroristas e objetivos socialistas para a agricultura, não, porém na organização da classe operária. Só em 1883 é que Georg Plechanow, Paul Axelrod, Vera Sassulitsch e Leo Deutsch fundaram, durante o período de sua emigração em Genebra, o grupo marxista Befreiung der Arbeit (Libertação do Trabalho), ao qual se deve a elaboração da base intelectual sobre a qual se constituíram na Rússia os centros social-democráticos e sindicais. Apesar da prisão de muitos delegados e funcionários do partido logo após o Congresso de fundação do Partido Russo de Trabalhadores Social-Democráticos, em 1898, em Minsk - o novo Partido já não podia mais ser destruído.

A onda de industrialização que varreu a maioria dos países continentais europeus após a guerra franco-alemã criou as premissas para o aparecimento de partidos trabalhistas e de sindicatos autônomos. Os problemas sociais supranacionais comuns a todos os levavam ao internacionalismo político e os aproximavam às idéias da Associação Internacional de Trabalhadores. Ao mesmo tempo exacerbavam-se cada vez mais as tensões nacionais na Europa, situação esta que quase forçosamente tinha que levar o movimento trabalhista europeu a uma nova união organizacional internacional.